

ELIANA DO PILAR ROCHA

**NOMES, REZAS E ANZÓIS:
TRADIÇÃO E HERANÇA CAIÇARA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes

**CURITIBA
2005**

Para Murilo e Laércio Demarch

AGRADECIMENTOS

Tenho uma dívida de gratidão com os meus professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela acolhida e oportunidade, sobretudo com o **Professor Marcos Lanna** por seus comentários, sugestões e idéias que tanto ajudaram na construção deste trabalho.

Agradeço também ao **Professor Ricardo Cid Fernandes** por aceitar orientar esta dissertação e ter sido tão paciente em seus sempre precisos conselhos e comentários. Além disso um agradecimento especial aos colegas que comigo ingressaram em 2003, **Laura, Tati, Ângela, Ricardo, Dani, Verediane, e Flávia** pela companhia, carinho e amizade ao longo do curso. Quero dizer da minha gratidão especial também ao **Professor Carlos Alberto Balhana**, pelos ensinamentos, compreensão e amizade, e aos secretários Andrade e Judite. Muito obrigado.

Aqueles que escrevem uma dissertação sabem que não se empreende sozinho tal projeto. Agradeço a minha **mãe** e aos familiares **Paulo, Denise, Eloy e Rafaela Rocha**, aos amigos **Paulo Medeiros, Mayra Abreu, Alcione Carvalho, Salete Kozel**, e todos que ao longo deste percurso, ora de maneira evidente, ora de maneira discreta nos ajudam, sustentam e encorajam a continuar o trabalho.

Enfim, agradeço aos peçanos que de maneira tão cordial me receberam, acolheram e permitiram sua participação neste trabalho, especialmente à **Dona Nadir, Dona Dica, Dona Nica, Paulo Afonso e Lucilene, Seu Bento e Seu Orlando**, a quem, de fato, devo uma grande parcela de reflexões que esta etnografia proporcionou.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vi
LISTA DE SIGLAS	vii
INTRODUÇÃO	02
CAPÍTULO 1: O CAMPO...	
1.1. Aspectos geográficos e ambientais	11
1.2. Aspectos históricos do morador do litoral norte do Paraná	16
1.3. Abordagens científicas: culturas, caiçaras e a natureza.....	23
CAPÍTULO 2: NOMES...	
2.1. Família, tradição e herança	31
2.2. Casamentos	40
2.3. Compadres, comadres e os "conhecidos": a passagem de fora para dentro ...	43
2.4. As categorias "de fora" e "turistas"	46
2.5. Refazendo as alianças	48
CAPÍTULO 3: REZAS...	
3.1. A natureza dos eventos rituais	53
3.2. Orações.....	53
3.3. Devoções	55
3.4. Ritos e Ditos	60
3.5. Tabus, crendices e superstições	63
3.6. Festas familiares, religiosas e outras formas de sociabilidade.....	65

CAPÍTULO 4: ANZÓIS

4.1. Homem-mar, Mulher-terra	71
4.2. Homem-mar	73
4.3. Mulher-terra.....	81
4.4. A praia.....	86
4.5. Natureza, Estado e turismo	88

CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
-----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
---	-----------

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 – Baía de Paranaguá	12
IMAGEM 2 – Localização da área de estudo	14
FIGURA 1 – Mapa da Vila das Peças	35
FOTO 1 – Vista da orla marítima e do trapiche	72
FOTO 2 – Aspecto de mangue.....	77
FOTO 3 – O trabalho artesanal	77
FOTO 4 – A praia.....	87
FOTO 5 – Veleiros na Ilha das Peças	89

LISTA DE SIGLAS

ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais

APA – Área de Proteção Ambiental

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

ESEC – Estação Ecológica

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

PARNA – Parque Nacional

SPU – Serviço de Patrimônio da União

Resumo

Esta dissertação apresenta uma etnografia dos *peçanos*, como são chamados os moradores da Vila das Peças, comunidade insular localizada na Ilha das Peças, litoral norte do Estado do Paraná. As relações culturalmente específicas que esta população mantém com o lugar são analisadas a partir do estudo das classificações e dos usos sociais relacionados à natureza. Na Vila das Peças, os processos de construção de uma identidade própria estão baseados em relações de parentesco que vinculam estes moradores a outras comunidades costeiras e insulares. Os domínios do parentesco, da religiosidade, assim como o modo de apropriação do espaço *peçano* são analisados como expressões de uma organização social tradicional que, nos últimos anos, vem convivendo intensamente com novos atores sociais representados pelos turistas e ambientalistas.

Abstract

This dissertation presents an ethnographic account of the *peçanos*, the traditional inhabitants of Vila das Peças, an islander community located at Ilha das Peças, North Coast of Paraná State, Brazil. As analyzed throughout this study, the *peçanos* has developed culturally specific relations with their environment based on a range of classificatory schemes focused on their natural and social environment. The *peçanos*' processes of identity construction are built up on a kinship basis, which links this community with other coastal and islander communities in the region. The realms of kinship, religiosity and spatial organization are analyzed as expressions of a traditional social organization, which, through the last decades, has experienced deep contact with new social actors; namely, tourists and environmentalists.

O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de vez em quando olhando para trás...
 E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
 E eu sei dar por isso muito bem...
 Sei ter o pasmo essencial
Que tem uma criança se, ao nascer,
 Reparasse que nascera deveras...
 Sinto-me nascido a cada momento
Para a eterna novidade do mundo...

ALBERTO CAEIRO

Introdução

O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa realizada na Vila das Peças, pequena vila de pescadores localizada na Ilha das Peças, município de Guaraqueçaba, litoral norte do Estado do Paraná, no período de julho de 2004 a abril de 2005, onde entre viagens e estadias permaneci por um período aproximado de 110 dias. A pesquisa tem a pretensão de se desenvolver nos moldes de uma etnografia clássica, o que define o método de observação participante como forma principal de investigação.

O eixo norteador do trabalho está na observação do que se mantém como unidade na Vila, ou, de outro modo, o que define os indivíduos como família e as famílias como grupo, buscando o estudo e a compreensão de seus sistemas de valores, suas necessidades e dinâmica social.

O desenvolvimento da pesquisa oportunizou, de maneira especial, memórias, relatos e conversas que acabaram me transformando em parceira de seus modos de sociabilidade, suas relações familiares e suas aspirações, no cerne de seus meios de vida. Entender o humano, tanto em sua historia como nos aspectos de sua realidade foi a preocupação durante todo trabalho.

Vila das Peças é uma comunidade de pescadores com aproximadamente 283 pessoas. Em sua quase totalidade, os *peçanos* têm na pesca sua principal atividade, seguida pelo turismo, atividade que vêm provocando algumas modificações na paisagem física e social do lugar.

Uma das preocupações da pesquisa era que as condições em que se estabelece a transformação da Ilha das Peças, juntamente com a Ilha do Superagui, em Parque Nacional (PARNA), determinam algumas alterações na forma de relação destes moradores com a natureza, refletindo em suas relações sociais, uma vez que estas comunidades possuem uma cultura profundamente arraigada com a natureza.

No entanto, este trabalho não se propõe a discutir os impactos que a criação do PARNA teve sobre a vida das famílias aqui estudadas, mas suas formas de adequação cultural, através do entendimento da cultura de forma dinâmica e adaptativa.

São numerosos os estudos que contemplam a existência de famílias no interior de áreas naturais protegidas. Autores de diversos segmentos científicos exprimem suas posições teóricas, políticas e ideológicas, propondo por vezes alternativas nem sempre possíveis de implementação, uma vez que não se situam em coerência com o que possibilita a legislação vigente.

Resulta desta fusão técnico-científica uma visão dissociativa do homem e da natureza, que obscurece uma possibilidade de posicionamento frente a este leque de interpretações. Os pescadores *peçanos* não se consideram coibidos ou aprisionados pelas leis de preservação. Aquilo que se mostra, a primeira vista, como pequenas vilas isoladas é, na verdade, uma grande rede de parentesco, de trocas e de amizades que permite a circulação de pessoas, lembranças e mitos, permeados pelo entendimento da importância da natureza para sua produção e reprodução social no tempo.

Esta pesquisa, portanto, procura estudar a dinâmica cultural e etnicidade em suas dimensões parentais, expostos aqui por meio do estudo do conjunto de *status* relacionados em termos de geração, consangüinidade e afinidade, concretizados através dos sistemas de transmissão dos nomes, da obrigação religiosa e dos conhecimentos da natureza e da arte da pesca.

* * *

Quando, no ano de 2000, como aluna do curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná, realizei uma pesquisa entre os pescadores artesanais do município de Guaraqueçaba, tive, pela primeira vez, minha atenção despertada para o problema das populações englobadas pela legislação ambiental brasileira.

Tal trabalho, executado para a disciplina de Geografia Agrária, sob a orientação do professor Julio César Suzuki, versava sobre o impacto ambiental e social decorrente da entrada hegemônica do capital sobre a pesca artesanal, através da prática da pesca industrial nos limites do Parque Nacional do Superagüi.

Mas foi no ano anterior, estudando Antropologia Cultural neste mesmo curso, que conheci por intermédio do professor Carlos Alberto Balhana, os sentidos e as razões dos modos de vida e pensamento de diversas sociedades no globo.

Foi dessa forma, aliando o “trabalho de campo” com a literatura sobre sociedades camponesas e concentrando minhas atenções na produção pesqueira artesanal que conclui o curso de Geografia no ano de 2002, expondo em minha monografia o uso sócio-econômico e cultural do ambiente natural pelos trabalhadores do mar da sede do município de Guaraqueçaba.

E, neste mesmo ano que, ao ser convidada pelo orientador deste trabalho, escrevi um artigo de dez páginas sobre estes trabalhadores e seus mecanismos de reivindicação do território tradicional. Ao concluir esta pequena comunicação me dei conta de quão pouco havia sido o meu afastamento em relação ao objeto de estudo e quanto grande havia sido a inclusão de minha própria noção de ética ambiental e territorial ao longo das pesquisas produzidas até então.

Uma leitura de Marshall Sahlins e de Clifford Geertz me mostrou, posteriormente, a busca da diferença; uma inclusão antropológica livre do conhecido e em busca do “outro” em substituição ao “nós”, num sentido de exterioridade, ou seja, uma excursão do conhecido e dominado para o descoberto e exótico.

Resolvi permanecer na Universidade do Paraná, prosseguindo minha formação no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, onde iniciei meus estudos em abril do ano seguinte. De início, minha intenção era a de produzir uma dissertação de mestrado que abordasse as transformações sociais e culturais decorrentes da implantação das Unidades de Conservação em territórios tradicionais.

No decorrer do curso a base geográfica de minha formação continuou permeando meus trabalhos de conclusão das disciplinas do Mestrado, onde figuravam constantemente a questão espacial e territorial das sociedades estudadas, assim como estavam também repletos de alusões aos conflitos entre o Estado e estas mesmas sociedades.

Foi, no entanto, a partir da ruptura entre o pensamento geográfico (que trata da sociedade e o meio-ambiente) e a adoção do pensamento voltado aos estudos da cultura e natureza que tive, diante de mim, revelado pela primeira vez o universo antropológico. Isso aconteceu na segunda semana dos trabalhos de monitoria, sob a orientação do professor Carlos Alberto Balhana, junto à turma do primeiro ano do curso de Geografia da Universidade do Paraná, em abril do ano de 2004.

Percebi que a partir dessa prática, que se estendeu ao segundo semestre daquele ano e prosseguiu no primeiro semestre deste, através do contato com os alunos e a tentativa de esclarecimento de suas dúvidas e indagações antropológicas, que alcancei, vez por todas, o pensamento antropológico.

Fascinada pelas análises dos sistemas de parentesco e munida de bagagem teórica de outros tantos estudos desenvolvidos nestes dezoito meses de curso parti para o campo em julho de 2004.

A partir da conclusão de breve estudo sobre o parentesco entre os nativos da sede do município de Guaraqueçaba (litoral norte paranaense), surgiu a percepção das práticas de herança. Não se tratava aqui da herança legal de partilha de bens entre descendentes, mas a herança da tradição, materializada nas homenagens, preferências e permanências em prática entre os moradores da sede do município de Guaraqueçaba. Emergia assim a figura do avô, do padrinho e do pai em relação à criança. Herança que, mais do que dispositivo do Direito consuetudinário, implicava na obrigatoriedade da transmissão dos nomes, das obrigações religiosas e dos conhecimentos da natureza entre os moradores do lugar.

Ocorre que na sede do município, local que freqüento desde 1994 e onde mantenho relações familiares, senti dificuldades em realizar a pesquisa de modo mais aprofundado, uma vez que não conseguia estranhar o que me era familiar. Optei, então, por buscar outra comunidade para desenvolver minha pesquisa.

Logo em seguida, um resumo aprovado na ANPOCS, resultado de uma pesquisa realizada na Vila das Peças em 2001, me obrigou a realizar visita a esta comunidade, a fim de atualizar meus dados de campo.

Tendo permanecido no local por aproximadamente doze dias, além do trabalho de observação necessária para embasar a apresentação da pesquisa em Minas Gerais, observei esse campo com cuidado, uma vez que o modo de vida desses moradores insulares mostrava semelhanças e diferenças interessantes quando em comparação com os da sede do município.

Além disso, aparentemente a Vila das Peças mostrava uma maior facilidade de pesquisa, pois para aqueles moradores eu me considerava e era considerada uma pessoa “de fora”. A opção pelo campo se concretizou como medida acertada quando, conversando com meu irmão, que conhece pessoas que nasceram na Ilha, percebi o quanto ele conhecia e gostava de lá, apesar de nunca ter visitado o local.

Nestas conversas, percebi que ele conhecia a Vila das Peças pelos *peçanos* (eu, ao contrário, conhecia através de meu próprio olhar já cientificizado), e suas impressões, considerações e indagações, fruto de tantos outros diálogos que tivemos a respeito da Vila e de seus moradores, muito influenciaram minha decisão sobre o local e os temas desenvolvidos nesta pesquisa.

No mês de julho de 2004 iniciei os trabalhos de campo, focalizando a questão do parentesco, da organização familiar, das alianças e das passagens da afinidade à consangüinidade em prática na Vila das Peças. Direcionei a pesquisa buscando, sobretudo, compreender o “sentido de grupo” entre os elementos que compõem esta sociedade por meio do entendimento da posição e do papel dos indivíduos e suas relações.

Em todo tempo a natureza aparecia em sentido impositivo, mostrando-se abrangida e abrangente, colocando-se de forma direta ou indireta e trazendo uma dinâmica vinculada à lógica do contrato e da obrigação, agente de construção e reconstrução do grupo dentro das subjetividades coletivas de crenças e idéias.

A observação da grande ligação e dependência do morador da Vila das Peças com seu ambiente de vida e trabalho me levou a perceber a relação entre a natureza e o parentesco *peçano*, a partir da divisão hierárquica do espaço e do trabalho.

Considerando as três relações básicas dos sistemas de parentesco, concebidos como estruturas formais do ponto de vista antropológico (quais sejam: a afinidade, a descendência e a consangüinidade), busquei compreender não apenas o conteúdo destas relações, mas suas combinações internas e suas relações com a natureza. Abordados constantemente por pesquisadores das mais diversas áreas ligadas aos estudos ambientais, os moradores da Vila das Peças estranham mais que rejeitam estes interessados. O desafio, no campo, consistia em buscar uma aproximação que os levasse a entender o teor da pesquisa antropológica, em sentido geral, e o conteúdo de minha pesquisa, de modo particular.

A aproximação foi imediata. Acostumados com pesquisadores interessados no estudo da fauna e flora, entender e colaborar com uma pesquisa que tratasse da de suas formas de relação social era quase que um privilégio. No entanto, o que mais me aproximou do grupo foi o fato de ter revelado a todos os laços de afinidade e compadrio que mantenho na sede do município de Guaraqueçaba.

A partir daí, fui “adotada” pelos moradores da Vila, e tal fato se explica por meio da própria natureza do modelo de família encontrado no local. Diferente de nossa sociedade, onde família é a unidade constituída pelo marido, pela esposa e pelos filhos, a definição de família na maioria das Vilas de pescadores do litoral norte do Paraná se traduz na ampliação (inclusão) de pessoas não-relacionadas por parentesco ou afinidade direta.

A partir desta constatação, as observações de campo foram desenvolvidas buscando o modelo de organização social do grupo e de seu comportamento coletivo, reconhecendo as dificuldades que se enfrenta quando se considera a instabilidade da estrutura familiar tradicional, sob a ótica da economia, das migrações e da atividade turística intensiva na Vila.

Atualmente, observam-se muito nitidamente os impactos sociais e ambientais decorrentes da implementação da atividade turística no interior do Parque Nacional do Superagüi, cuja dinamização econômica têm sido determinada pela captação de rendas urbanas que são transferidas para a região através de visitas dos mais diferentes tipos de turistas e das estadias de famílias que lá constroem segundas residências.

Segundo DIEGUES (1998) o mundo insular é um símbolo polissêmico, com diversos conteúdos e significados que variam de acordo com a história e as sociedades. Vistas, contemporaneamente, como redutos do mundo selvagem, espaços paradisíacos de aventura e lazer, têm sido constantemente invadidas por turistas, fotógrafos, jornalistas, artistas, escritores e folcloristas que buscam fragmentos de um espaço que teria se mantido intacto aos avanços da sociedade moderna¹.

..*

A dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos e uma Consideração Final. O primeiro capítulo apresenta o campo onde se desenvolveu a pesquisa, seus aspectos históricos e geográficos. Informa ainda, sobre as políticas públicas de preservação ambiental e descreve a cultura caiçara em sua dimensão científica, ou seja, as discussões teórico-metodológicas de investigação deste grupo social, ao mesmo tempo que faz uma revisão da bibliografia atual do assunto.

O capítulo segundo analisa a organização familiar do morador da Vila das Peças, ou do *peçano*, conforme irá se denominar o nativo da Vila daqui por diante, descreve os modos de convivência e a divisão do espaço comum pelo grupo familiar, suas ligações familiares por meio dos casamentos e alianças.

¹ Considerando que os espaços turísticos, criados por meio de valores sociais difundidos pela publicidade e meios de comunicação, impõe aos indivíduos a valorização de elementos naturais e históricos ditados pela “moda” e popularização da natureza que se transforma de objeto a ser usufruído a objeto a ser vendido (CALVENTE, 1995: 101)

Também serão abordados neste capítulo os processos de reconhecimento e assimilação do “outro” e sua passagem do estranhamento à afinidade e da afinidade ao parentesco. Por fim, analiso a busca do equilíbrio e da coesão do grupo por meio da regulamentação dos laços de afinidade rompidos por uma ou ambas as partes.

O terceiro capítulo expõe a natureza e a complexidade da vida imaginativa e emocional dos *peçanos*, através dos relatos dos moradores sobre suas crenças, seus tabus e suas superstições. Este capítulo, portanto, aborda os aspectos empíricos da religião em suas diversas manifestações como linguagens, gestos e cerimônias.

O capítulo quarto descreve as ligações entre os moradores da Vila e o ambiente, suas concepções hierárquicas de classificação da natureza, que estão refletidas na divisão sexual do trabalho, e nos instrumentos de pesca, bem como nos conflitos com a divisão do espaço de vida e trabalho com o Estado e com a prática do turismo.

Capítulo 1 – O campo...

Ilha verde onde havia
Mulheres morenas e nuas
Anhangás a sonhar com histórias de luas
E cantos bárbaros de pajés em poracés batendo
os pés.

CASSIANO RICARDO

1.1 Aspectos geográficos e ambientais

O litoral do Estado do Paraná estende-se por aproximadamente 107 Km, limitado ao norte pelo Canal do Varadouro e ao sul pela foz do Rio Saí-Guaçu. Segundo CORREA (1993) o litoral paranaense destaca-se dos litorais de outros Estados pela presença de dois grandes complexos estuarinos – as baías de Paranaguá e de Guaratuba.

Originados do avanço do mar, estes dois corpos d'água recebem água doce de uma rede intrincada de rios com manguezais ocupando a maior parte de suas margens. A baía de Paranaguá, uma das mais vastas do Brasil, penetra 50 quilômetros pelo interior do continente e possui uma largura máxima de 10 quilômetros, subdividindo-se em outras baías menores: de Antonina, das Laranjeiras, dos Pinheiros e de Guaraqueçaba. Há em seu interior várias ilhas, tais como Mel, Peças, Cotinga, Rasa da Cotinga, Cobras, Pedras, Teixeira, Gererê, Lamim, Guamiranga, Guararema, Guará, Gamela e outras.

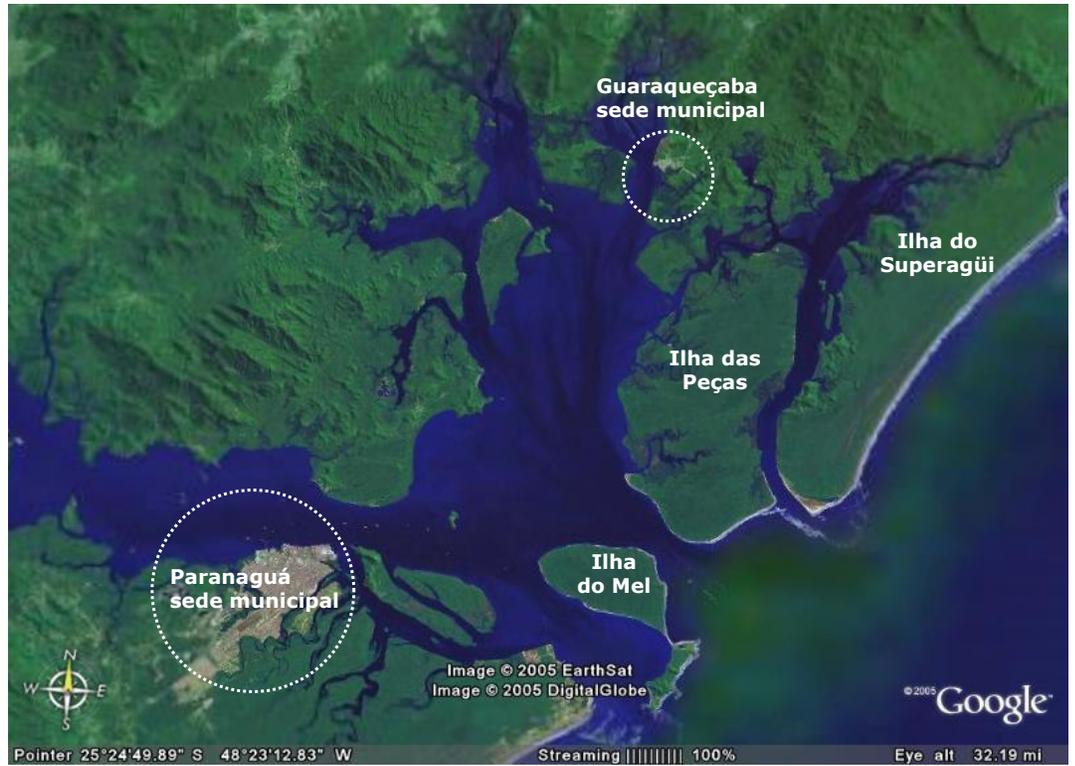
A baía de Guaratuba encontra-se mais ao sul, entendendo-se 15 quilômetros para dentro do continente e com uma largura máxima de cinco quilômetros. Suas principais ilhas são: Pescaria, Capinzal, Mato, Chapéu, dos Ratos e outras.

As baías de Paranaguá e Guaratuba dividem a costa paranaense em três setores, quais sejam: setor sul, que abrange a faixa de praias situadas ao sul da Baía de Guaratuba até a Ilha do Saí, nos limites do Estado de Santa Catarina.

O setor leste cuja faixa de praias se estende do lado sul da Baía de Paranaguá até o lado norte da entrada da Baía de Guaratuba, fazendo parte desta porção a Ilha do Mel, e o setor norte – local onde desenvolvemos este estudo – ao qual pertencem as Ilhas do Superagüi e das Peças².

² No estudo de ÂNGULO & SOUZA sobre a evolução geológica da planície costeira do litoral do Paraná e APA de Guaraqueçaba, a Ilha das Peças é descrita como a mais extensa do litoral do Estado, contando com uma área de 10.400 ha.

Imagem 1: Baía de Paranaguá



A Ilha das Peças possui uma área de aproximadamente 10.400 ha., e sua população espalha-se entre as comunidades³ da Vila das Peças, Guapicu, Tibicanga, Bertioiga e Laranjeiras. A maioria delas vive em condições muito semelhantes àsquelas de seus ancestrais – a pesca artesanal, independente dos ciclos econômicos por quais o município de Guaraqueçaba viveu em toda sua extensão, figura como principal fonte de renda e um dos principais elementos fixadores do homem na ilha.

Junto com a Ilha do Superagüi, a Ilha das Peças integra o Parque Nacional do Superagüi, uma Unidade de Conservação de proteção integral onde se admite apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, dentro da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.

Segundo o IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (APA) reúne espécies ameaçadas de extinção, sítios arqueológicos e comunidades tradicionais localizadas na região, e concilia ações humanas com a preservação da vida selvagem, proteção dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba engloba outras unidades de Conservação como:

- A Estação Ecológica de Guaraqueçaba (ESEC), composta por quatorze áreas predominantemente ocupadas por manguezais e que contém vários ecossistemas e espécies da fauna e flora que precisam ser preservadas, podendo ser alterada em apenas 10% para estudos comparativos;
- A Área de Relevante Interesse Ecológico das Ilhas de Pinheiro e Pinheirinho (ARIE), que possui características naturais extraordinárias e abriga exemplares da biota regional, exigindo cuidados especiais por parte do poder público, e;

³ O termo comunidade, como se autodenominam as vilas que compõem o Município de Guaraqueçaba, é utilizado neste trabalho segundo a denominação dada pela ACARPA, extinto órgão do Governo Estadual, para o qual este termo teria sido adotado para designar vilas do litoral e ilhas a partir de um trabalho de transferência de conhecimentos e tecnologia de plantio a agricultores do município. Antes da ACARPA, tais localidades eram denominadas vilas ou vilarejos (SILVA, 2001: 06).

- O Parque Nacional do Superagüi (PARNA), formado pela Ilhas das Peças e Superagüi, tem como objetivo a preservação permanente das áreas naturais que abrigam espécies de fauna e flora, destinados a atividades científicas, educativas e culturais.

Imagem 2: LOCALIZAÇÃO DA AREA DE ESTUDO



Uma das tendências observadas na implantação de Unidades de Conservação está na priorização da política de visitação, chamada de ecoturismo. O ecoturismo, nas Unidades de Conservação, aproxima-se conceitualmente da Educação Ambiental e tem como estratégia a adaptação de roteiros turísticos, as visitas monitoradas, palestras e exibição de filmes (ROCHA: 2004). Com a redução do ambiente a componentes naturais a busca pelo lazer é mais forte e incentivada do que os apelos culturais, levando aqueles que habitam e possuem fortes vínculos com estas Unidades de Conservação a serem vistos como “entraves” pelo poder público.

Essa visão de dissociação entre o homem e a natureza surge a partir da construção de um modelo de isolamento dos fatores naturais e sociais, fruto da concepção dominante de natureza distanciada da história das sociedades humanas, idealizada no decurso da história ocidental de construção das ciências. Dessa forma, a natureza aparece aqui como forma ideal de equilíbrio, uma espécie de paraíso para o qual os seres humanos representam uma grande ameaça, produzindo ações de desequilíbrio e desorganização (ROCHA *op cit*: 02).

Para FAIRA (2002:07) essa oposição entre sociedade e natureza possibilitou não só a construção de um modelo de desenvolvimento que imagina a natureza como fonte de recursos, mas permitiu a consolidação de uma concepção abstrata de sociedade, desprovida de materialidade e à parte da construção do mundo.

Sabe-se que uma série de estudos ligados à gestão de parques tem equacionado a ocupação humana destas áreas desde a década de 70. Tais estudos ao reconhecerem que estas comunidades possuem características culturais específicas, vivendo numa estreita relação com o ambiente, apontam para a necessidade de um manejo sustentável para o uso dos recursos sem o remanejamento destes moradores do interior das Unidades de Conservação ou da mudança nos padrões de vida destas populações.

Historicamente estas populações têm sido tratadas de modo homogêneo e consideradas como obstáculos aos objetivos de conservação da natureza (WEY DE BRITO, 2000). Sua heterogeneidade face ao seu grau de relativo isolamento geográfico, seus aspectos culturais, suas principais atividades econômicas, sua situação fundiária e seu histórico de ocupação e desenvolvimento são desconsiderados.

Zanoni *et. al.* (2000), afirmam que a política de proteção ambiental implementada no município de Guaraqueçaba e região, não alcançou os resultados esperados, apontando como responsáveis pela situação a não adesão da população às regras fixadas, uma vez que o dispositivo legal teria desconsiderado os problemas relativos à alimentação e reprodução social enfrentados pelas populações.

Indicam ainda a incapacidade dos poderes públicos em fazerem cumprir e respeitar as leis e a falta de legitimidade da política e dos órgãos ambientais perante a população.

Tais problemas se mostram não só em decorrência da falta de entendimentos recíprocos entre moradores e o Estado, mas também devido ao desconhecimento da realidade socioeconômica da região por parte dos responsáveis pela aplicação e fiscalização das leis. Neste contexto, o esforço de reflexão antropológico está na investigação entre as forças materiais e ideais que o homem mantém com a natureza, bem como no estudo das relações sociais que dão suporte a sua ação sobre esta mesma natureza (SILVA, 2001:22).

Interessam-nos, porém, mais os pormenores que as generalidades humanas. Por isso não negamos que os caiçaras constituem um grupo grande e autoconsciente. Habitantes de toda orla marítima brasileira, dispersos numa área ecologicamente semelhante – a Mata Atlântica – notadamente demonstram um conjunto compartilhado de valores e percepções que permitiram sua manutenção ao longo do tempo.

LANGOWISKI (sd: 01) afirma que vivendo em pequenos agrupamentos, o caiçara assimilou do indígena e do português os conhecimentos que permitiram sua sobrevivência através dos tempos em áreas pouco habitadas do nosso litoral. Dos hábitos, costumes, língua e religião dos ancestrais lusos, restaram lembranças deturpadas, misturadas com elementos da cultura indígena existente, base onde se assentavam todas as condições favoráveis a uma nova vida num ambiente profundamente diverso do meio europeu.

1.2 Aspectos históricos do morador do litoral norte do Paraná

Sobre os primeiros ocupantes estabelecidos na hidrovia que liga a antiga Vila de São João da Cananéia à Baía de Paranaguá poucos relatos se têm. Sabe-se, no entanto, que as primeiras inclusões à baía dos Pinheiros se deram por iniciativa do espírito explorador dos homens de Cananéia. “Os povos de Cananéia, originários dos estrangeiros europeus que, no ano de 1501, ali foram degradados, se animaram a embarcar em pirogas ou canoas índias e, saindo barra afora, costeando as praias

de Ararapira e Superagüi, entraram barra-dentro nas formosas baías de Paranaguá” (MOREIRA, 1975).

Sabe-se que as ocupações do território paranaense pelo litoral se iniciaram no século XVI, com as diversas expedições portuguesas que passavam por estas terras, como as de Aleixo Garcia, Francisco Chaves e Pedro Lobo.

Entre os anos de 1541 e 1542 a expedição espanhola comandada por Don Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca atravessou as terras paranaenses de leste para oeste quando este se dirigia para Assunção, a fim de tomar posse do cargo de governador para o qual foi nomeado.

O primeiro mapa da baía de Paranaguá foi feito por Hans Staden, após ter permanecido por bom tempo na região, onde havia naufragado.

“Diogo de Sanábria, nobre espanhol, viera para a América a mando do rei comandando uma grande expedição, com o objetivo de atravessar terras portuguesas em direção ao Paraguai, como já o fizera antes Alvarez Nunes. A frota comandada por Sanábria, ainda no Atlântico, teve seus navios tresmalhados”.

Um deles, sob o mando de Salazar, no qual vinha Hans Staden, arribou em Superagüi, encontrando ali colonos portugueses de São Vicente.

Nesse lugar permaneceram alguns dias e informou-se sobre os índios e a baía de São Francisco, que era o destino da frota (MOREIRA, *ibid.* 511).

Tal fato é confirmado por OLAVO SOARES (2001), que nos diz que “o primeiro europeu a registrar em obra particularidades dos costumes dos índios do Brasil foi Hans Staden, arcabuzeiro alemão da expedição de Diego Sanábria do Rio da Prata. Seu barco naufragou nas proximidades de São Vicente, São Paulo, em 1550, oito anos depois da passagem de Cabeza de Vaca”.

Staden foi também o primeiro viajante a fazer um esboço do litoral do Paraná, conforme já mencionado. Para proteger-se de tempestade, seu barco foi obrigado a entrar no canal de Superagüi, por ele chamado de *Supra' wa*, na Baía de Paranaguá, tendo ali se encontrado com portugueses comercializando com os Tupiniquim, tribo amiga de Portugal, em 18 de novembro de 1549 (1995: 31).

Diz Staden que os indígenas que habitavam a costa, ao sul da ilha, eram chamados de carijós. Esses índios eram seminômades, conheciam e manejavam com destreza o arco e as flechas, viviam da caça, pesca e coleta de frutos silvestres e mel, agricultura do milho, mandioca, amendoim, feijão e abóbora.

Sua língua era muito rica, contavam até o número de cinco nos dedos das mãos – *petei, mokoi, mbohapy, irundy e petei-po*. Além disso, possuíam grande conhecimento do uso medicinal de plantas (SOARES, *op. cit.* 87).

SANTOS (1851) confirma:

“Quando os primeiros colonos vindos de Cananéia ás Babas [sic] de Paranaguá, entre os anos de 1550 e 1560, acharão [sic] os contornos destas Bahias e em suas ilhas, todas povoadas de imensas hordas de Índios Carijós, os quaes [sic] seguramente excederia o total de suas populações de 6 a 8 mil habitantes... Em todas as ilhas que matizão [sic] aquellas Bahias nellas principalmente he que encontrarão grandes avultados montes de Ostreiras, onde índios atrahidos pela abundancia da pescaria do peixe, e destes mariscos testaceos preferirão [sic] suas ordinárias habitações, as costeiras do continente e por isso, a maior parte dellas bem povoadas”.

Ainda no século XVI, moradores de São Vicente e Cananéia começaram a chegar em maior número no litoral do Paraná, atraídos pelas notícias de existência de ouro. Localizaram-se, a princípio, na região de Superagüi e Guaraqueçaba. Conforme se vê, o aproveitamento do Canal do Varadouro como passagem entre Cananéia (Mar Pequeno) e Paranaguá deu-se em meados do século XVI.

Já no século XVII, precisamente no dia 27 de março de 1605, vindos de Santos os padres João Lobato, Jerônimo Rodrigues e mais sete índios cristãos da Aldeia de São Bernardo (Rio de Janeiro), descendo de São Vicente, passaram por Iguape e chegaram à Cananéia onde permaneceram catequizando os Carijós.

Nos primeiros anos de 1700, fundaram a Casa das Missões de Superagüi, estabelecimento agrícola e religioso, em frente à Ilha das Peças, onde permaneceram por quase sessenta anos. Sabe-se que pela carta régia de 24 de julho de 1759, foram ordenadas a prisão e extradição de todos os jesuítas que viviam nos territórios portugueses.

No ano seguinte, a 13 de janeiro, sob a orientação de um desembargador estabelecido em Paranaguá, foi feito o seqüestro da fazenda do Superagüi. A permanência dos povos das reduções após a saída dos jesuítas é atestada por MOREIRA (op. cit. 511) que informa que no ano de 1814 o médico cirurgião João Batista Vieira Ramalho para lá foi enviado a fim de assistir os “pobres e escravos das fazendas dos denominados jesuítas”.

Ainda na obra de MOREIRA, outras notícias sobre os moradores do local podem ser confirmadas, através de relatos de viajantes, como os de Salvador José Correia Coelho, que no mês de novembro de 1844, com início no dia 23 empreendeu viagem de São Paulo à Curitiba, onde relatou:

- Dia 29 – às sete horas da manhã chegamos ao desembarque da Ribeira, em curta distância da povoação. Nesse lugar descansamos, seguindo a pé para a cidade de Iguape. De Iguape prosseguimos e tocando pelas oito horas da noite na vila marítima de Cananéia – É povoação pouco importante.
- Dia 30 – saímos durante a noite da baía de Trapandí, que banha Cananéia. A baía era perigosa para nós, que íamos embarcados em canoa com muita falta de segurança. Transposto o golfo, metemo-nos pelo rio Ararapira, navegando privativamente por canoas. Tem bancos de areia na barra, e só três palmos de água da baixa-mar e sete na preamar (...) Como este rio é um estreito, que comunica o mar de Trapandé ou de Cananéia (Mar Pequeno) com o Atlântico, sua água é salgada.

E prossegue. Desembarcamos num lugar denominado Varadouro. É um istmo formado pelo Oceano, Ararapira, Baía dos Pinheiros e Superagüi. É a primeira barra da Baía de Paranaguá, estreita e apenas dois palmos d’água no baixamar e seis na preamar. Há nele um rio a que chamam – Varadouro Velho. Logo que desembarcamos seguimos a pé a uma extensão de cerca de meia légua, até uma tapera, onde havia antigas laranjeiras. Deste ponto devíamos embarcar para Paranaguá.

Sobre os habitantes de Laranjeiras, Salvador Coelho nos diz:

Os camaradas tomaram nossas canastras. Cada um prendeu uma pelos topos e duas alças, ficando o corpo do carregador entre a base que tinha seu ponto de apoio na testa, fixando-se a carga sobre os rins; assim equipados, curvavam o corpo, derribadas as cabeças para adiante a marchavam, como cabritos saltitando destramente sobre uma esteira de madeira bruta roliça que no trânsito existia pelo trilho alagadiço. Custava-nos a nós que os acompanhávamos sem fardo, seguir-lhes a pista tão rápidos em seus movimentos, a despeito das pesadas cargas. Embarcamos à meia-noite para Paranaguá, em uma grande canoa de voga.

Outro relato de viagem que menciona os antigos moradores do caminho do Varadouro é dado por Frederico Augusto do Amaral Sarmiento Mena, que em 1850, por ordem do Presidente da Província fez a mesma viagem com início em 4 de agosto.

- Dia 20 – às 10 horas da manhã saí de Cananéia e a 1 ½ hora da madrugada chegávamos ao Varadouro, onde dormimos o resto da noite.
- Dia 21 – às 9 horas da manhã seguimos a pé para o outro porto, do lado oposto e, às 9¼ tínhamos concluído a viagem. (O que o engenheiro Sarmiento esclarece aqui, é que se referia ao término da viagem no território da Província de São Paulo, pela travessia do Varadouro, para o lado oposto do caminho que vinha percorrendo).

E prossegue: Assim que a maré encheu, o que teve lugar a 1 ¼ da tarde, continuamos a viagem numa canoa, conduzida por dois remeiros e às 6 ½ chegamos no rancho de um pobre preto entrevado, aonde paramos. Antes, porém, dessa hora começou a ventar fortemente o vento Sul, e logo depois a chover copiosamente, durando o mau tempo até o dia 12 (de setembro) de manhã.

- Dia 12 – clareando o dia, embarquei, mas logo depois do meio dia caiu um forte aguaceiro que me obrigou a desembarcar num sítio na margem de um rio onde nos demoramos até as três horas. Então continuei viagem até às 4 ½ horas em que caía um forte temporal de vento. Desembarcamos na casa de uma pobre velha, que nos agasalhou o melhor que pode. Todo o resto da tarde e noite, ventou muito e choveu. Tivemos de passar muito incomodados de frio, por termos molhado nossas cobertas, e não ter a pobre gente que nos hospedou as suficientes para se garantirem do mesmo frio, dormindo grande parte das pessoas da família em roda de fogão.

O dia 13 amanheceu ainda chovendo, porém, já não ventara a maior parte da noite. Daí saímos às 3 ½ da manhã e, às 8 horas, estávamos na Fortaleza da Barra de Paranaguá. Passei aí o resto do dia examinando o estado de suas fortificações.

Ainda segundo o engenheiro Sarmiento, o Varadouro é a porção de terra que separa as águas, em que se navega desde o porto de Iguape até Paranaguá. Tem pouco mais de meia légua e dado o terreno por onde passa é baixo e charcoso. O caminho atual é péssimo além de muito estreito.

Do Varadouro à Paranaguá navega-se sempre um braço de mar bastante espaçoso em alguns lugares e que com ventos muito fortes torna-se muito perigosa a viagem em pequenas canoas, que se encontram no Varadouro, muito principalmente na vasta baía de Paranaguá onde tem perecido muita gente. Uma vez entrando nela, desabando um temporal, antes que as canoas

consigam ganhar qualquer das suas margens afastadas, quase sempre se corre iminente perigo de soçobramento, ou antes, é certa sua perda.

E conclui: Se não quis atravessar a baía, e fui pela costa, viagem posto que muito mais extensa menos arriscada e convinha de ir à Fortaleza da Barra (Ilha do Mel), em vez de alongar o espaço que tinha de vencer, tornou-se mais curto.

Assim, no século XVI, conforme mencionado, a descoberta do ouro desencadeia a ocupação portuguesa. Com o declínio do ciclo do ouro o processo de ocupação e miscigenação estava implantado, culminando com a fundação das primeiras povoações, como a Vila Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (CORREA, 1993). Após a queda do ciclo do ouro, iniciou-se no litoral do Paraná o ciclo da Banana, que permitiu o estabelecimento de diversos núcleos populacionais. Nesta época existiam, nas margens da baía (de Paranaguá) sítios e fazendas esparsas que tinham na pesca seu principal sustento (CORREA, *op. cit.*).

De modo geral, sobre os ocupantes do litoral paranaense, em toda sua extensão, escreveu Saint-Hilaire em 1820:

“há na cidade de Paranaguá um grande número de indivíduos que parecem branco à primeira vista, mas que devem sua origem a uma mistura de sangue indígena e português. É de supor que a origem dos mestiços de Paranaguá remonte à época em que os paulistas chegaram pela primeira vez até essa parte do litoral. Esses aventureiros não traziam mulheres em seus bandos, e confraternizavam livremente com os índios do litoral”

Sobre os habitantes insulares, o mesmo autor escreveu:

“Assim como a Ilha Rasa e a Ilha do Mel, a terra firme é orlada de mangues, mas se vêem nela, de vez em quando, quase à beira d’ água, pequenos sítios cobertos de telha, diante dos quais se acham várias canoas...”.

Referindo-se aos habitantes de Guaratuba, nesta mesma obra, escreveu:

“A maioria dos habitantes é composta de mestiços, de portugueses e índios. São indolentes, muito pobres e se alimentam exclusivamente de peixe e farinha de mandioca. suas roupas não passam geralmente de um calção de algodão, uma camisa solta por cima do calção e um chapéu de copa arredondada e aba muito estreita. Passando a grande parte de sua vida sobre a água, eles dirigem suas canoas com uma habilidade extrema. Quando eu me encontrava às margens da Baía de Caiobá pude admirar a agilidade com que eles saltavam para dentro de suas embarcações no momento em que elas começavam a flutuar”.

E sobre suas habitações:

“De longe em longe uma trilha desemboca na praia, uma canoa e alguns paus cruzados para se estenderem neles as redes que indicam a proximidade de um sítio, que quase nunca se avista da praia, por se achar oculto entre arbustos. Eu fui até um deles e não encontrei senão um mísero casebre feito de varas fincadas ao lado umas das outras e que davam passagem ao vento e à chuva. Algumas panelas e esteiras eram tudo o que havia na casa... O mais provável é que os outros sítios das redondezas fossem tão miseráveis quanto esse; não creio, entretanto que os pobres ocupantes dessas tristes moradas sejam tão infelizes quanto aparentam”.

Conforme se vê, após o declínio do ouro no litoral paranaense, no século XVII, a população que permaneceu na região entre Cananéia e Paranaguá, mais especificamente em alguns pontos da Ilha do Superagüi e em toda Ilha das Peças desenvolveu atividades de pesca e/ou agricultura como modo de subsistência.

Ao contrário da Ilha do Superagüi, onde MOREIRA (1975) relata a ampla habitação em grandes áreas de terras legitimadas pela Lei n° 601, de 1850, conforme se segue: “José Antonio de Miranda, possuidor de cultivados com 700 braças, Antonio Dias, cultivado com 500 braças e Domingos Afonso Coelho, em cujos terrenos tinha uma máquina inglesa para serrar madeira, engenho de soque de arroz e campos de crias com 2.800 braças de gente”; a Ilha das Peças originou, de acordo com sua ocupação até os dias de hoje, pequenos agrupamentos familiares semi-isolados entre si, cujas relações se dão sob a ótica da parceria e, portanto, ligados à dinâmica do mundo social marítimo.

A autoridade e austeridade paterna, o recato da mulher e sua pequena autonomia numa visão de mundo predominantemente hierárquica e as obrigações familiares e de pseudo-parentesco que, conforme já mencionamos, se encontram inseridos numa rede de *status* relacionados em termos de geração, consangüinidade e afinidade, conforme se verá no desenvolvimento deste trabalho, são hábitos cuja origem deve remontar ao colono português dos primeiros séculos de colonização do país.

Porém, ao contrário da lógica camponesa, onde a realidade da terra permite a observação e a apreensão de uma realidade cuja paisagem demonstra traços de trabalho humano transmissíveis e onde os instrumentos de trabalho permanecem no tempo – mesmo quando os que os utilizaram já desapareceram – os estudos marítimos, como o próprio mar, exigem técnicas de análise particulares, diferenciadas das utilizadas em estudos das sociedades camponesas, apesar de existirem alguns traços que os liguem historicamente (DIEGUES, 1998:55).

1.3. Abordagens científicas: culturas, caiçaras e a natureza

Uma das problemáticas clássicas da Antropologia está no entendimento das formas de classificação que os homens elaboram do mundo natural ao seu redor. Tema antropológico sim, visto que ao pensar o mundo que o cerca o homem está pensando sobre si mesmo.

Manifestado por meio do estudo da “cultura material”, a análise do conjunto de significados e técnicas relativos aos modos de conhecimento de objetos e fenômenos naturais remetem à Lévi-Strauss e seus estudos sobre os modos de observação e reflexão da natureza através dos mitos e ritos em *O Pensamento Selvagem* e da busca da realidade da natureza na percepção dos sentidos aquém do conhecimento científico em *Estruturalismo e Ecologia* (SILVA, 2001: 21).

Segundo LÉVI-STRAUSS (*op. cit.* 1962), em toda análise simbólica dos mitos, a importância fundamental está centrada no conhecimento dos princípios mentais que geram as elaborações culturais. Analisando os mitos de diferentes sociedades, Lévi-Strauss demonstrou como narrativas fabulosas – aparentemente absurdas – podem ser consideradas como linguagens ou códigos, providos de lógica profunda onde figuram temas como vida e morte, surgimento da natureza, da sociedade e dos outros.

Assim, longe de serem considerados instâncias separadas das relações sociais ou deformidades/deformações destas relações, mitos fazem parte delas sendo, em certo sentido, portanto, uma das condições de sua formação.

Em *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*, Antonio Carlos DIEGUES (1998) aponta algumas vertentes antropológicas utilizadas para o entendimento e interpretação de sociedades marítimas, destacando-se as insulares.

Vertentes, como a Antropologia Cultural, a Antropologia Estruturalista e a Neomarxista, citadas pelo autor, tratariam sobretudo da questão do papel dos mitos, símbolos e representações mentais importantes para o entendimento do imaginário relacionado ao mar e às ilhas, analisados por Diegues sob a ótica da produção e reprodução das práticas sociais e simbólicas, as quais orientam o comportamento e as ações dessas sociedades (*id.* 27).

Marcel MAUSS (1999: 101), em seu artigo *Fenômenos Gerais da Vida Intra-Social*, define a noção de totalidade como resultante da forma psicológica de representação da coletividade, exprimida tanto pelo nome que a sociedade se dá, como pela sensação de pertencimento de cada indivíduo em relação à coletividade, através da noção de descendência comum.

Dessa forma, o conceito de cultura⁴, despojando-se do peso que já suportou, é vista aqui como categoria nativa, usada pelos agentes sociais aos quais ela é relevante.

GODELIER (1984) afirma que nenhuma ação intencional humana sobre a natureza opera-se sem a existência prévia de representações mentais e idéias. Para ele, no cerne das relações materiais do homem com a natureza existe uma parte ideal, imaterial, exercida sob os efeitos hierarquizados da cultura.

SAHLINS, 2003 (1976), ao analisar as teorias da utilidade objetiva da natureza, critica os estudos naturalistas centrados na lógica das relações meios-fins (razão prática) onde o saber material substancializado na forma cultural é a sobrevivência de determinada população ou de sua ordem social.

⁴ Ver CUCHE, D. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Paulo: EDUSC, 1999.

Evitando reduzir a história dos povos a uma função das “condições naturais”, Marshall SAHLINS (1988, *apud.* LANNA, M.: 2001) expande a noção de *praxis* de Marx e faz uso da obra de Lévi-Strauss “*Estruturalismo e Ecologia*”, argumentando que importa entender a apropriação da natureza a partir de “uma determinada forma de sociedade” e não de um conceito como o de modo de produção, que “em si mesmo, não especifica qualquer ordem cultural”.

Para ele, como para nós, é a razão simbólica e não a razão prática que está ligada aos esquemas significativos criados pelo homem em relação ao mundo. Sabe-se daí, que se a natureza é realidade material, é do mesmo modo e ao mesmo tempo ideal e imaterial, quando é transformada pelo pensamento dado, pela visão de mundo – seja ela individual ou coletiva.

Daí nossa tentativa de integrar o estudo dos modos de utilização do meio e suas formas de representação, explicando como a prática social da natureza se articula com a idéia que uma cultura tem de sua intervenção sobre este ambiente conforme sugere Philippe DESCOLA em *La Selva Culta*.

Entendemos, no entanto que os estudos sobre populações litorâneas brasileiras não são recentes. A revisão bibliográfica do tema aponta para diversas vertentes científicas, as quais trazem inclusive, algumas definições diferenciadas para o próprio termo caiçara.

Para SILVA (2001:08) caiçara é uma palavra indígena (kai'sara) que servia para identificar um sistema de sobrevivência e proteção. Além de cerca de proteção em torno da aldeia era o curral feito de ramos de árvore, na água, para cercar o peixe. Mais tarde passa a designar também a palhoça da praia, utilizada para abrigar canoas e apetrechos de pesca.

Hoje, segundo a autora, é usado para designar o pescador e os moradores do litoral do Paraná (VON BEHR, 1998). Na obra de Hans Staden "Meu Cativo entre os selvagens do Brasil" (1995: 67) o termo caiçara aparece como “*estacada de grossas achas [SIC] de madeira que lhes cerca a taba*”.

Na obra de Adams (2000: 103), o termo caiçara tem origem no vocabulário tupi-guarani *caá-içara* (SAMPAIO, 1987), que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado a palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores e, mais tarde, para identificar o morador de Cananéia e daí para todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Antonio Carlos Diegues define a população caiçara como comunidades formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e em menor grau dos escravos africanos, que apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, pequena pesca, extrativismo vegetal e do artesanato (2002: 138).

Não vou enunciar as várias versões classificatórias das várias escolas e tendências da antropologia, das ciências sociais, da ecologia cultural. Um livro recente de Cristina ADAMS (2000) fá-lo admiravelmente. Em sua obra Cristina Adams aborda os estudos dedicados a estes grupos, dividindo-os em períodos entre as décadas de 1930-1960 e entre os anos de 1970-1995.

Nesta obra, tais estudos são classificados de duas formas distintas. Os clássicos, que segundo a autora “descrevem algumas comunidades caiçaras que habitavam nosso litoral na primeira metade do século XX, e enfocam aspectos históricos, culturais e econômicos” e os que contemplam assuntos atuais.

Figuram entre os clássicos, na obra citada, os de MUSSOLINI, publicados entre os anos de 1943 e 1950, que priorizam as técnicas de pesca e a cultura material caiçara no litoral paulista, os de ALMEIDA, escritos entre 1945 e 1946 que descrevem os modos de vida caiçara e suas transformações também no litoral paulista, FRANÇA, publicado em 1950 que estuda as transformações sociais por meio das transformações das paisagens no litoral norte de São Paulo e na Ilha de São Sebastião.

Além desses, ainda entre os classificados como clássicos pela autora, o de WILLEMS, 1946 que expõe as formas de ocupação caiçara, PIERSON & TEIXEIRA, de 1947 que descreve trabalhos de pesca e de cultivo da mandioca no litoral sul de São Paulo, os de BERNARDES & BERNARDES, de 1950 e seus estudos das técnicas de pesca no litoral fluminense, entre outros (Adams, *op. cit.*).

Em sua segunda classificação, Cristina Adams nos mostra os que “tratavam apenas do aspecto da pesca, apenas da utilização dos recursos terrestres e os que tratavam das duas relações (mar e terra)” (*op. cit.* 155). Ressaltamos entre estes os de MOURÃO (1971) e seu estudo da passagem da agricultura para a pesca entre Santos e Paranaguá.

Citamos ainda os de MARCÍLIO (1986) sobre demografia caiçara na vila de Ubatuba entre os anos de 1765-1830, os de DIEGUES (1983-1990) sobre transformações na pesca, a questão ambiental e as transformações sócio-culturais caiçaras e os de CUNHA & ROUGEULLE (1989) numa abordagem marxista acerca das formas de utilização do espaço caiçara nas comunidades de Tromomô e Ilha das Peças.

Desde que, em geral, se aceita o pensamento de um modelo típico ideal de forma empírica recorrente – a cultura caiçara – poderia parecer desnecessária, à primeira vista, tomar em consideração os enfoques que privilegiam fatores significativos para a gênese, a estrutura e a função de tais grupos.

Segundo SILVA (2000: 12) a palavra tradição, do latim *traditio*, significa essencialmente entregar, passar algo para outra pessoa ou de uma geração para outra. Esta autora, ao estudar a memória oral de uma comunidade continental do município de Guaraqueçaba, afirma que a herança teórica do conceito de “tradicional” liga-se aos estudos rurais e agrícolas no Brasil, tendo porém sua força maior ligada à legislação que criou a APA’s brasileiras, em especial a de Guaraqueçaba onde, não só os agricultores familiares mas também as comunidades predominantemente pesqueiras da região são definidas como “comunidades tradicionais”.

Em termos de seqüência, perspectiva e significado, no entanto, não há nenhuma outra abordagem que se possa comparar às obras de Antonio Carlos Diegues. Trabalhando com o conceito de desorganização cultural caiçara, este autor atribui as primeiras mudanças na forma tradicional de vida destas comunidades à década de 50 do século XX, quando da interligação das primeiras estradas de rodagem entre o litoral e o planalto paulista.

A ameaça à sobrevivência destas comunidades, sob a ótica da especulação imobiliária e do turismo em massa, aspectos que dificultam as práticas tradicionais dos caiçaras também são largamente estudadas por este autor.

Além destas, este autor procura estudar também as limitações ambientais decorrentes da transformação do território caiçara em APA's, resultando em restrições e abandono de suas atividades tradicionais de agricultura, caça, pesca e extrativismo vegetal.

O fascínio pela investigação dos processos de assimilação cultural decorrente destas abordagens é inevitável. Tal fascinação tem levado muitos pesquisadores⁵ à busca da defesa acadêmica da integridade cultural dos povos, em estudos que contemplam as relações sociais e enfatizam as minorias como grupos diferenciados ocupantes de posições subalternas em relação à sociedade global, fenômenos de mudanças culturais e transformações sociais por meio de elementos externos.

Dentre os estudos mencionados, minha principal objeção é que, da maneira como se coloca na maior parte destes trabalhos, as definições de cultura caiçara – como grupo cultural – evitam algumas questões fundamentais. Tais abordagens nos levam a imaginar cada grupo desenvolvendo *sua* forma cultural e social em relativo isolamento através de um histórico de fatores ecológicos locais, adaptação e separação social, barreiras e inimidades espontâneas e organizadas.

De outra forma, a relação do indivíduo com os recursos produtivos aparece como classificação de formas de atividade associadas a um ou outro conjunto de características étnicas, onde os papéis sociais operam como limitadores de comportamentos inovadores.

⁵ Ver SUZUKI, J. C. & ROCHA, E (2000), ROCHA, E. (2001), ROCHA, E. (2003), CALVENTE (1995), entre outros.

Pensado em termos de categoria cultural, o estudo sistemático da organização familiar e de parentesco, no sentido de organizador social de determinado grupo – aqui no caso do caiçara – vincula significados de família, tradição e herança dentro de uma lógica de visão de mundo predominantemente hierárquica, que inclui obrigações familiares e atribuições de responsabilidade de gênero.

Família, neste trabalho, é mais do que um sistema de valores dotado de códigos, símbolos e idéias. É uma categoria cultural que informa a organização social e manifesta ideologias amplas quando constrói significados de tradição e herança, no sentido das homenagens, honras e obrigações e produz o entendimento da posição e papel dos indivíduos numa rede de *status* relacionados em termos de geração, consangüinidade e afinidade num determinado contexto cultural.

Não é nossa intenção, no entanto, descrever padrões culturais tradicionais ou de valorização do passado. Tampouco este trabalho pretende demonstrar a inserção do novo, do moderno. Ambas as abordagens, a nosso ver, tendem mais a explicar um fenômeno social que reconhecer que tanto a permanência quanto a mudança são fenômenos que devem ser explicados à luz da *análise do processo social*, conforme nos indica Eunice Durhan.

Para essa autora, a investigação dos fenômenos culturais é “necessariamente a análise da dinâmica cultural”, ou seja, a análise dos permanentes processos de reorganização das representações na prática social, a partir da observação do comportamento e das explicações apresentadas pelos próprios nativos.

Assim, considerando meus objetivos e preocupações iniciais – estudar a dinâmica cultural e etnicidade em suas dimensões parentais, expostos neste trabalho por meio do estudo do conjunto de *status* relacionados em termos de geração, consangüinidade e afinidade, o método de observação participante mostrou-se satisfatório.

Foi necessário, no entanto, articular as informações parciais, juntar a observação direta com as histórias e memórias que evocam, participar do cotidiano e interpretar os fatos, as entrelinhas, o não mencionado, buscando elaborar, por fim, uma tentativa de síntese e de compreensão que não considero totalmente acabada.

Capítulo 2 - Nomes...

A família, ou mais apropriadamente, o grupo doméstico, ou, se se quiser, o *fogo*, como o chamavam com melhor pertinência seus contemporâneos, era a unidade básica e vital da existência. Ele era a própria razão da sobrevivência da população: grupo de reprodução, grupo de trabalho e grupo de produção e consumo; tudo ao mesmo tempo. Porque estavam dispersos, quase sempre isolados uns dos outros, acabavam por se tornar quase uma autarquia, auto-suficientes e independentes.

MARIA LUIZA MARCILIO

2.1 Família, tradição e herança

As cinco primeiras famílias que originaram o povoamento da Vila, em histórias contadas pelos mais velhos aos mais novos, ora são agricultores portugueses, cujas plantações foram destruídas por tempestades, ora são comerciantes portugueses que no período de prosperidade e exportações de Guaraqueçaba (meados do séc. XVII até o início do séc. XIX) atendiam os navios que chegavam, ora, ainda, são antigos soldados portugueses que *“davam serviço no Forte e puseram as famílias aqui, para ficarem perto”*.

Contando nos dedos, Seu Bento diz: *“Tinha os Dias, os Ferreira, os Silva, os Bueno e os Oliveira. Estes é que foram os primeiros. Depois vieram muitos, uns vieram e foram, e outros ficaram e estão aí até hoje”*. Dona Dica confirma: *“Eles moravam aqui e plantavam lá pros lados do canal. Daí tinha muita tempestade e a terra não era boa também”*. Apesar de não haver comprovação escrita sobre a data de chegada destes moradores na Ilha, tampouco no município, seus descendentes vivem até hoje na Vila.

Herança de pai para filho, os relatos sobre os primeiros moradores da Vila se confundem com os relatos sobre o próprio nome da Ilha. Uns dizem que, por causa dos constantes naufrágios no local, as peças dos navios acabavam indo parar na praia. Outros que, no tempo da escravidão, as pessoas eram vendidas ali. A explicação mais coerente, no entanto, é a que defende que devido á proximidade da Ilha do Mel, que possui um Forte e um Farol, guardavam-se ali na Ilha algumas peças de artilharia, escondidos, no caso de invasão e perda do Forte. Daí o nome: Ilha das Peças.

Relatos orais descrevem também um período de estagnação econômica que pode ter levado muitos homens para a Vila. Dona Nica e Dona Nadir contam que, quando da abertura da Estrada de Ferro que liga Paranaguá e Antonina à Curitiba no século XIX, o comércio entre estes municípios e o planalto se fortaleceu, *“condenando os agricultores e pescadores da sede do município à pobreza”*.

Por ser mais próxima de Paranaguá que a sede do município, dizem os moradores, a Vila das Peças teria atraído muitos homens para lá em busca de uma economia para além da auto-suficiência. Tais homens teriam se casado com moças da Vila, as quais adotaram novos sobrenomes.

De todo modo, toda análise antropológica de parentesco enfatiza sua importância em outros aspectos da cultura quando as regras de comportamento e classificação sociais conduzem a relação de uma pessoa às outras. Observando um comportamento mais regular e mais recorrente no modo como uma pessoa classifica seus parentes e afins, um dos aspectos relevantes da metodologia antropológica, pode-se conhecer uma série de *status*, bem como o entendimento da posição e papel dos indivíduos e suas relações com seu grupo social.

Assim, em linhas gerais, a família da Vila das Peças, ou *peçana*, pode ser enquadrada nos moldes da organização familiar patriarcal, sob a ótica, naturalmente, do papel que os homens desempenham no processo de produção. Apesar do encontro de formas diferentes de função econômica da mulher a organização do trabalho, a distribuição dos bens e a influência na vida política encontram-se sob este padrão, ou seja, o homem decide os rumos da família.

O morador da vila das Peças – como os de Paranaguá descritos por LANGOWISKI (s.d.: 06) – é monógamo, vivendo com uma companheira (casado ou não) sem limitações de filhos, dotado de uma grande noção de grupo familiar.

Diferentes das famílias dos contextos urbano-industriais, onde o termo “parente” é utilizado para designar os que não pertencem ao núcleo familiar – ou a intimidade do parentesco – o *peçano* morador da Vila das Peças estende o termo parente ao exterior do núcleo familiar, de tal forma que o termo “vizinho” só é empregado aos moradores que recentemente adquiriram casas de antigos moradores da Vila.

LEACH (1982: 129) esclarece que nos estudos de parentesco, cuja pesquisa se realize nos domínios das sociedades industrializadas, o conceito de “nós” é geralmente usado em relação à família imediata (pais, filhos e demais co-habitantes).

Portanto, segundo este autor, privacidade e parentesco se equivalem, uma vez que se consideram parentes os avós, os netos, os irmãos e seus filhos, os tios e os primos diretos (às vezes mais algum), cujo tratamento se dá de modo especial e pouco formal, por mais que estes residam distantes uns dos outros.

Neste trabalho utilizamos o termo “família nuclear” como aquela que consiste em um homem, uma mulher e seus filhos e denominamos “unidade familiar” o espaço territorial que agrupa em uma única estrutura certo número de famílias nucleares. Desse modo, unidade familiar neste trabalho diz respeito a um conjunto de famílias nucleares, pertencendo a três ou mais gerações. Tal conjunto, compreendendo inúmeras famílias, pode conter também membros de famílias nucleares desfeitas e indivíduos solteiros conforme será observado.

Sendo assim, o vínculo descrito como “nós”, estende-se ao exterior, por meio de divisões diferenciadas do campo social. O espaço do morador da Vila das Peças também reflete este tipo de organização de parentesco. O espaço público entrelaça – e obscurece – o espaço privado. Para entender o espaço *peçano* é necessário em primeiro lugar situar-se nesse espaço, na tentativa de “vê-lo menos e senti-lo mais”, uma vez que as modalidades de ordenação espacial variam.

Não existe um centro na vila – notadamente representado por uma praça e uma igreja na maioria das capitais e cidades interioranas brasileiras – nem ruas nomeadas e casas numeradas. O centro da Vila das Peças é variável, deslocando-se de um lugar para o outro, de acordo com a ordem social – ou a quebra dessa.

Se existe alguém doente na vila, então sua casa passa a ser o centro. Se há uma nova casa, pertencente a um novo casal, então esta casa é o centro. Expressões como “*lá do lado da casa do Seu..., aquele que está doente*” ou “*ao lado da casa nova do filho do Seu..., que acabou de casar*”, são amplamente usadas pelos moradores.

Dessa maneira entendemos o centro da Vila das Peças como o lugar ao qual se atribui sentido de acordo com a representação mental dos que o habitam, um lugar, de certa forma, indicador do local de consciência da existência destes moradores enquanto grupo, em relação à sua extensão, seus próximos e os outros.

Se como geógrafa busquei decifrar a configuração espacial da Vila das Peças, foi como antropóloga que percebi que mais do que algumas casas dispersas pela orla em lotes não delimitados, existem arranjos espaciais ordenados por grupos familiares, uma vez que os filhos homens casados vivem na mesma morada que os pais.

CUNHA & ROUGEULLE (2004: 16) descrevem a geografia urbana da vila como "uma rede bastante complexa de caminhos que ligam as casas entre si – caminhos estreitos que em geral permitem a livre circulação de moradores no interior da comunidade".

Apesar dos quintais não serem cercados e, portanto, poderem ser usados como caminhos, há codificações na vila que separam o público do privado, codificações estas observadas, sobretudo, pelos adultos. Assim, deve-se evitar passar perto das janelas das casas, somente corta-se caminho pelos quintais alheios por trilhas que passem próximas às portas das casas. Evita-se também passar por quintais de pessoas doentes, muito idosas, recém-casadas, lactantes ou de famílias enlutadas.

Conforme se apresenta, o espaço *peçano* é de natureza social, variando de acordo com regras e normas que conduzem às fronteiras espaciais, legitimadas e aceitas por toda comunidade. Assim, existe na Vila um tipo diferenciado de classificação de espaço público – privado. Apesar das casas e terrenos estarem espalhadas por toda orla e interior da ilha e de existirem inúmeras “passagens” ou trilhas entre elas, esta noção de privacidade está muito mais ligada ao respeito às variações sociais ou aos círculos de parentesco.

Existem outras codificações que distinguem o espaço público do espaço privado na Vila das Peças. CUNHA & ROUGEULLE (2004) descreveram também as características peculiares da divisão dos locais de pesca por meio da posse de diferentes “pontos”, divisão esta encontrada somente na Vila das Peças.

As autoras descrevem a propriedade do ponto ou “lanço”, no Rio das Peças, de acordo com a compra ou posse do local dado a partir da limpeza do local de pesca.

Figura 1: mapa da Vila das Peças
Fonte: Cunha & Rougeulle 1989



Segundo este trabalho, o lanço pertencia ao pescador que construísse no local uma casinha para uso e mantivesse um vigia no terreno que passava a pertencer a ele, seja por compra, seja por posse. Conforme as autoras, os “lanços” localizados no Rio das Peças eram usados pelos pescadores da Vila para a captura da pescada, onde permaneciam por um determinado tempo nas pequenas casas construídas ou em barracas de lona, voltando para a cidade para venda do produto capturado (op. cit. 24).

Hoje novos “lanços” (denominados pontos) estão proibidos devido às restrições as novas posses a partir da legislação ambiental em vigor nas ilhas do Superagüi e das Peças. Tais locais, no entanto, continuam nomeados pelos antigos donos. Segundo os pescadores, o que era propriedade (e pertencem atualmente ao Parque) agora é apenas um local.

De uso geral, uma vez que o Rio dos Patos, assim como a Vila das Peças recebem muitos pescadores amadores, durante todo o ano, conforme as informações *“usar pode, qualquer um, até turista. O que não pode é dar nome”*. Assim, os lanços podem ser utilizados por qualquer que seja a pessoa, de acordo com suas necessidades financeiras, porém se não pode tomar posse do local, pois tradicionalmente, o lanço não permite uma segunda nomeação.

Outro ponto que merece atenção, e diz respeito ao espaço social da Vila das Peças, está no sentido de pertencer (especialmente) a uma unidade familiar. Ocorre que na Vila o fato de pertencer ou não a família está mais colocado em questões espaciais e sociais. Assim, menciona-se o nome, e a unidade familiar ao qual pertence. Independe o nome que tem ou o sobrenome que usa.

Desse modo, ao perguntar-se, por exemplo, de uma criança na Vila das Peças, recebe-se a seguinte resposta: *“Esse é o Joãozinho de Neco, lá de Seu Miguel”*. Ou seja, o Joãozinho, filho do Neco, neto do Seu Miguel. Ou ainda, *“Joãozinho, de Nadir, de Neco, lá de Seu Miguel”*. Ou seja, aquele menino é o Joãozinho, filho da Nadir que é casada com o Neco, que é filho do Seu Miguel. Depende que quem pergunta, se homem ou mulher.

No caso de um homem perguntar, diz-se o nome do pai e do avô. No caso da mulher perguntar, diz-se primeiro o nome da mãe, e em seguida do pai e do avô. E ainda no caso da pergunta partir de um estranho – seja homem ou mulher - coloca-se a profissão ou outra designação que localize melhor a criança, por exemplo: *“Joãozinho, que é de Nadir, do posto de saúde, de Neco, do Correio, lá de Seu Miguel”*.

No caso do avô paterno ser falecido, o pertencimento fica ainda maior: *“Esse é Joãozinho, de Nadir do Posto de Saúde, de Neco do Correio, lá de Dona Maria de falecido Seu Miguel”*. Apesar de falecido, o homem permanece como referência de um domínio territorial familiar.

Como os lugares, a nomeação das pessoas se apresentam sob símbolos que representam e reforçam relações sociais. O laço de pertencimento de um indivíduo em determinada unidade familiar se mostra como elemento de transição do indivíduo para a coletividade. Por sua vez, o espaço de captura do pescado se mostra como elemento de transição do espaço público para o espaço privado, ou seja, da unidade familiar.

Ao nascer, a criança já pertence a um determinado grupo social e geograficamente demarcado, pois de todo modo, o Seu Miguel é o que tem o domínio territorial da unidade familiar. Observamos aqui o domínio da unidade familiar sobre a família nuclear, exercido pelos avós paternos. Tão visível é essa liderança que são os avós paternos e as avós paternas as figuras de maior importância para a criança, até que *“ela se crie”*, ou seja, na primeira infância de zero a seis anos.

Estas crianças pequenas, quando não estão acompanhadas dos irmãos maiores na praia, permanecem no quintal da família, aos olhos das avós paternas ou saem para passear na companhia dos avós paternos. São os avós paternos, inclusive, que levam os netos pequenos para visitar a avó e o avô materno.

É ele também que é chamado, no caso de alguma divergência entre as crianças da mesma unidade familiar, tendo o poder, inclusive, de atribuir pequenos

castigos físicos e proibições, como a de passear, mesmo com a própria mãe no caso de mau comportamento da criança, seja ela menino ou menina.

Esse “cuidado” com os pequenos se dá, ainda que a mãe esteja no quintal e não trabalhe fora, durante o dia. Nota-se que os castigos são mais psicológicos do que físicos, pois o avô reluta bastante antes de castigá-los. *“Só dou uns tapas quando precisa muito, quando o menino sai sem avisar ou a menina não quer ajudar a mãe”*, diz um avô paterno que “cuida” de quatro netos. *“Às vezes eles vêm aqui e ficam fazendo manha, batendo o pé, então eu digo que vou contar pro avô deles e eles param na horinha”*, diz um avô materno, que apesar de também ser avô, não castiga nem proíbe. *“Isso é coisa lá do avô deles...”*, diz.

Talvez em respeito pela idade, talvez por propriedade do território, ou ainda por ser o avô e a avó paternos quem, em caso de necessidade, são os provedores dos filhos e netos, existe um respeito muito grande a estas figuras. De todo modo, não se trata de uma herança de terras, uma vez que os terrenos já estão demarcados e não há como se expandirem, devido a implantação da legislação ambiental há mais de vinte anos.

No entanto, a partir dos seis anos aproximadamente, quando a criança já tem autorização para sair com os irmãos e primos mais velhos, e pode ir sozinho à casa dos avós maternos, o respeito e a obediência aos avós paternos prosseguem, acompanhando-o, inclusive, após seu casamento.

Não se observa, porém, tensões entre gerações sucessivas, envolvendo o problema de sucessão nos papéis de decisão dentro da unidade familiar. O *status* de bom pescador, de provedor e socorrista⁶ em horas de necessidade, de mais calmo e *“que têm paciência para resolver os problemas do grupo”* é que transforma um dos filhos em proprietário simbólico do território ocupado pela unidade familiar, quando do falecimento dos pais, ou mesmo antes.

⁶ Socorrista, na Vila das Pecas, é o termo empregado ao indivíduo que resolve os mais diversos problemas dentro da unidade familiar, como casos de doença, falta de dinheiro, dívidas, etc. É também a quem se recorre no caso de problemas conjugais ou desavenças familiares.

Apesar de viverem os irmãos (casados e suas famílias) todos juntos, nos anos que antecedem a morte dos pais, um deles vai se tornando a figura principal que, automaticamente, exerce a função de líder mesmo quando o pai ainda está vivo.

Sua esposa, apesar de ter vindo de outra unidade familiar, assume o papel da sogra, ainda que seu marido não seja o primogênito ou existam irmãs solteiras vivendo na mesma unidade familiar.

Por vezes, esta figura principal é um pescador que se sobressai e passa a pequeno empresário proprietário de barcos de pesca e passeio ou de algum negócio próprio como uma loja, restaurante ou pousada. Ele é quem decide, inclusive, os destinos de seus sobrinhos, pois conforme já foi dito, não há expansão territorial para que todos permaneçam na mesma unidade familiar na Vila. Assim, no caso de migração dos sobrinhos é ele quem decide o destino, sustentando e mantendo os sobrinhos até que os estudos estejam concluídos, é com ele que o rapaz ou a moça trabalham no período de férias escolares quando voltam para a Vila, e é ele o primeiro a saber quando os jovens resolvem se casar.

Portanto, conforme se observa, as ligações familiares são de grande importância para os *peçanos* e os homens a exercitam tanto com seus próprios parentes como com os parentes de sua mulher. Há também as ligações por parentesco novo, ou compadrio, que surge pelo batismo dos filhos e tem alta significação para o *peçano*.

FORTES (1958) sugere considerar, nos estudos de família e unidades domésticas, diferentes unidades residenciais concretas que representam momentos diferentes num modo dinâmico, porém único. Klaas WOORTMANN (1987), em sua obra *A Família das Mulheres* propõe o estudo do instável na estabilidade, a leitura dos movimentos dos grupos e de seus indivíduos que não afetam o modelo, afirmando que a mudança é, de fato, requisito para a permanência.

LEACH (1954: 31-35) em *Sistemas Políticos da Alta Birmânia* já defendia que sociedades reais nunca estão em equilíbrio e, desse modo, a realidade social se apresenta carregada de inconsistências, às quais considerou a “chave” para o entendimento da mudança. Neste estudo este autor demonstra como os Kachins e

Chans da Alta Birmânia, fazem uso de um mesmo conjunto limitado de símbolos (ação ritual e crença) para afirmação de sua estrutura social.

2.2 Casamentos

O casamento na Vila das Peças, em geral é monogâmico e, até onde se observa, tanto o celibato feminino como o masculino é reprovado. Idéias de que os homens precisam de amparo ao envelhecer, devido à queda de resistência física necessária para a prática da pesca artesanal e de que a fragilidade da mulher não permite seu auto-sustento na velhice são itens que figuram em seu discurso contra o celibato. Na Vila das Peças casos de homens e mulheres solteiros são, geralmente, associados à doença, sobretudo mentais, ou ao mau comportamento enquanto solteiros.

O padrão de residência é patrilocal, conforme se observou anteriormente, o que por vezes afasta a mulher de sua família de origem, cuja residência pode estar em outra Vila ou cidade. De todo modo existe um contato com a família da mulher, sobretudo com seus pais. Irmãos e irmãs, por vezes, devido às distâncias ou dificuldades financeiras não são visitados com muita regularidade.

Notadamente os filhos dos *peçanos* casam-se com primos. Ocorre que na Vila das Peças são considerados primos os parentes de até quinto grau.

Assim como é o caso do casal Ocimar e Aniele da Silva, onde a mãe dela é prima em primeiro grau da avó dele. Mas eles se consideram primos mesmo estando em terceiro grau. Daí a frase "*aqui somos todos parentes*".

Além disso, são considerados primos também os filhos dos padrinhos. Ainda que os padrinhos não sejam parentes, ao batizarem uma criança estabelece-se entre eles um laço de "compadresco" transformando seus filhos, automaticamente, em primos. Portanto, primos são "parentes" classificados de maneira relacional e não genealógica. A distancia social, portanto, favorece a aliança entre as unidades familiares.

A idade de casar gira em torno dos dezenove anos. No entanto a idade de namorar começa perto dos treze para as meninas e quinze para os meninos. Normalmente são os próprios jovens quem escolhem os futuros maridos e esposas.

A família só interfere na escolha no caso do jovem ter um comportamento diferente, fora dos padrões de “bom comportamento” da Vila, tanto faz que seja do próprio jovem ou de um ancestral. Na verdade, não existem impedimentos para se casar, mesmo que o passado da família de um ou do outro seja reprovado. O que ocorre é que surgem os avisos e conselhos dos mais velhos, sobretudo dos avós paternos.

Assim, caso o rapaz seja preguiçoso, ou não tenha trabalhado bem, ou seja filho de um alcoólatra, ou de um mal pagador de dívidas, ou caso seu pai ou avô emprestem materiais ou dinheiro e demorem a devolver ou devolvam estragado, a moça é aconselhada a não se casar com ele, pois a “família” não é boa. Do mesmo modo, se a moça for filha ou sobrinha de uma “mulher de cerveja”, ou seja, alguma mulher que “vai no bar e fica de conversa com os homens”, seja filha de mãe solteira, filha ou sobrinha de mulher que migra e “não se sabe do quê vive”, ou pior, que use trajes de banho ou de passeio muito escandalosos para os padrões da Vila, o rapaz também é aconselhado a não se casar, pois “vai se incomodar”.

Além disso, moças que preferem namorar sempre rapazes “de fora” como ex-moradores e turistas e posteriormente acabam namorando pra casar um rapaz da Vila também são reprovadas e demoram a serem aceitas pela família do rapaz, no caso de união. Rapazes de “dão bola para as moças de fora” também são mal vistos, uma vez que podem querer “só se aproveitar das moças daqui, uma vez que as de fora deixam mesmo”.

Portanto, conforme se observa, famílias são muito importantes na Vila das Peças. Herda-se não só o nome, mas as virtudes como a bondade, o conhecimento da pesca, do ofício de fazer canoas e de tecer redes. A herança masculina está também na honra de algum feito ancestral como a sobrevivência a um naufrágio, uma pescaria grandiosa, a facilidade de captura do caranguejo no mangue. As meninas herdam o capricho nos trabalhos manuais, o conhecimento das ervas medicinais, a polidez e o “bom coração”.

Por outro lado, herda-se também os defeitos, pois descendentes de mulheres de comportamento mais “ousado”, de homens ou mulheres alcoólatras ou de pessoas que são (ou foram) maus pagadores de dívidas estão fadados à desconfiança por parte de todos os moradores da Vila. Assim, o fato de pertencer a uma família traz embutida uma série de obrigações e restrições, aceitas e alimentadas por todos no grupo.

No que diz respeito ao comportamento social, se existe uma generalização válida dentro dos estudos do casamento, podendo-se afirmar que na Vila das Peças as unidades familiares englobam os indivíduos, e a comunidade (aqui no sentido de sociedade que compartilha hábitos e idéias semelhantes) engloba as famílias.

Na Vila das Peças o casamento estabelece normas de comportamento e obrigações mútuas, além de diversas restrições. Tanto para o homem como para a mulher, o casamento implica numa mudança de *status* que se mostram através das expectativas de desempenho que recaem sobre os ocupantes da nova posição no cumprimento de seus papéis. Tais papéis se mostram, sobretudo, na divisão sexual do trabalho.

Com base nos estudos de Tania SALEM (1980), podemos dividir a existência de uma diferenciação no interior da família nuclear associada aos papéis de pai-marido e de mãe-esposa. O homem seria responsável pelas atividades instrumentais orientado fundamentalmente para o espaço externo, convertendo-se na principal fonte de renda da família. A mulher, por sua vez, personifica as atividades expressivas e afetivas, voltada para o espaço interno, cuidando da manutenção da casa e suporte emocional à família nuclear.

Porém, segundo Eric WOLF (1976) relações sociais, de qualquer espécie, jamais serão exclusivamente utilitárias ou instrumentais, estando sempre cercadas de construções simbólicas que as explicam, regulam e justificam. Observamos, portanto, tipificações culturais socialmente construídas do que é “ser homem” e “ser mulher” na Vila das Peças, bem como da ideologia que sustenta e confere legitimidade a tais representações. Abordaremos mais especificamente estas representações nos próximos capítulos.

2.3 Compadres, comadres e os “conhecidos”: a passagem de fora para dentro

Já colocamos neste trabalho o conceito de identidade étnica ao qual ele está vinculado. Cabe esclarecer como se apresenta na Vila das Peças o sentido dessa identidade de grupo, expondo os caminhos e sentidos de reconhecimento de pertencimento ou não ao grupo em estudo.

Portanto, é necessário analisar as classificações sociais que operam entre os habitantes da Vila, quais sejam: nós, ou seja, os de dentro, os “de fora” e os turistas.

“Nós” ou “*os de dentro*”, na Vila das Peças é o termo usado para identificar o habitante que nasceu na Vila, na Ilha, ou em uma comunidade semelhante a estas, desde que banhada pelo mar, que seja conhecedor das artes e ofícios da pesca artesanal, caça e coleta, cujos traços fisionômicos remetam à idéia de descendências indígenas e lusas, atestadas, via de regra, por um sobrenome genuinamente brasileiro.

Desse modo, o migrante de São Paulo, Santa Catarina ou outras localidades banhadas pelo mar, desde que possua os quesitos acima identificados, tem aceitação imediata na Vila, misturando-se ao grupo através de alianças de casamento e compadrio devido, sobretudo, a semelhante ancestralidade. Apesar de serem provenientes de outra localidade, adquirem os hábitos dos moradores da Vila, trabalhando e se comportando da maneira que lhes é convencional, estes migrantes são considerados “*de dentro*”, se casando rapidamente ou, no caso de já possuir família, se tornando padrinho ou madrinha de uma criança na Vila, pois “*são migrantes, mas são como nós. Usam tarrafa⁷ e tudo. E as mulheres deles rezam com as nossas também*”.

Compadres e comadres são figuras de grande importância para os *peçanos*, pois esta é uma relação que se apresenta de modo horizontal na Vila, ou seja, a ótica maior deste acordo está no vínculo entre os adultos (compadres), e não no vínculo entre os adultos e as crianças.

⁷ O instrumental de captura de pescado está descrito no capítulo 4 “Anzóis...”

Assim, a escolha deste casal, quando da época de batismo dos novos membros do grupo, se dá em busca tanto de reforço das relações de consangüinidade como para a busca de alianças de afinidade. Quando um casal batiza uma criança, uma nova relação se estabelece, passando estas pessoas a fazerem parte da família. Uma série de obrigações, proibições e restrições fazem parte deste acordo, como a da ajuda mútua, do respeito pela família do compadre e os convites para os eventos.

Casais novos, “*bem vistos*” na Vila, cujo homem se mostra um bom trabalhador e a esposa uma “*trabalhadora caprichosa*”, são os mais procurados. Assim, ao se mudarem para a Vila, estes casais migrantes, desde que apresentem as características relevantes à escolha, são convidados de antemão para a estabilização desta relação, que é tão profunda entre os *peçanos* que se apresenta estendida, inclusive aos pais e avós dos padrinhos os quais passam a fazer parte da “família”.

No dia do batizado, no entanto, não existem convites extensivos. Apenas os pais da criança e o casal de padrinhos (com os filhos, se houverem) são os que comemoram com um pequeno almoço ou um café, dependendo da hora do rito. O aprofundamento da relação aparece em seguida ao rito, quando o pai da criança “cria” atividades como saídas para o mangue ou jogos de futebol convidando o compadre nestas ocasiões, e a mãe da criança, do mesmo modo, convida a comadre para idas a mata ou descasca de camarão.

O convite para execução destas atividades, quer sejam de lazer ou trabalho, são estendidas aos parentes (pais, irmãos, irmãs e avós) dos compadres, quando estes estão na Vila a passeio. Dessa forma, as irmãs e a mãe da comadre são convidadas para saídas para a mata, passeios e visitas à casa dos parentes da comadre que moram na ilha.

A partir daí cria-se outra relação, a do “*conhecido*”. Frases como “*uma conhecida minha faz crochê*”, ou por parte dos homens “*eu tenho um conhecido que tem um barco igual a este*” são comuns.

Diferente do termo conhecido, utilizado grandemente na capital do Estado o qual denota uma pessoa que não possui o menor vínculo com o falante, o “*conhecido*” *peçano* possui um vínculo de aliança com base na relação produzida a partir do compadrio.

Nestes períodos de visita, são comuns as trocas, entre as mulheres, das ervas para os chás plantados em pequenos canteiros, de mudas de flores e de frutas do quintal. Vi as mulheres carregando bacias e pratos com bolos ou doces para levar na casa da comadre, para apreciação da mãe, avó ou irmãs desta. Idas para o mangue e partidas de futebol também são “criadas” nestes períodos em homenagem aos visitantes, para reforço do novo parentesco.

Mas existem também os compadrios por consideração. Irmãos mais velhos ou que estão em melhores condições financeiras, os irmãos que migram e “*se dão bem na cidade*” ou os que estudam mais, também são alvos dos pais que querem batizar os filhos. De qualquer modo, observa-se que existe uma elevação de *status* quando ocorre o batizado.

O irmão, a irmã, o primo ou sobrinho passa a ser chamado somente de compadre ou comadre. Para o *peçano*, assim como na sede do município “*compadre é mais importante que irmão*”. Desse modo, em pequenas festas, mesmo o morador tendo quatro irmãos ou dez sobrinhos, o compadre é sempre convidado em detrimento dos demais.

A criança, em relação ao padrinho ou à madrinha possui outras obrigações. Tradicionalmente não se deve mais chamar o tio, a tia ou o primo por estas terminologias ou pelo nome. Sempre que se dirige aos padrinhos a criança deve obedecer as figuras de tratamento “*madrinha, a senhora...*” ou “*padrinho, o senhor...*”. Além dessa, existe também o pedido de benção, tanto para um como para outro, sempre que os encontram.

Ao contrário da sede do município, onde a madrinha possui uma série de obrigações como a de dar roupas de presente sempre que há uma festa ou comemoração, além do cuidado com a educação escolar, tratando ela de pedir sempre para olhar os cadernos ou o boletim da criança, na Vila das Peças a madrinha se limita a trazer um remédio caseiro no caso de doenças infantis ou de hospedar o afilhado em caso de necessidade.

O padrinho *peçano* não tem nenhuma obrigação em relação à criança. Também ao contrário do que se observa na sede do município onde este se ocupa da educação religiosa da criança, na Vila das peças as maiores obrigações do padrinho estão em relação ao próprio pai da criança.

Na sede é também o padrinho quem abençoa o rapaz quando ele lhe comunica a escolha da noiva para seu casamento, marca e data na igreja e paga a cerimônia. Na Vila das Peças esta obrigação é do pai. A madrinha, na sede, tem a obrigação de fornecer o enxoval para o noivo ou a noiva afilhados, além de abençoar a união desde o noivado, atribuição esta exercida pela mãe da noiva ou do noivo na Vila das Peças. Na Vila das Peças a madrinha se limita à benção ao nubente.

2.4 As categorias “de fora” e turistas

Os “de fora” na Vila das Peças são os que, conforme implica o termo, são provenientes de outras regiões, mas cuja aparência física remete à idéia do branco europeu, como é o caso dos migrantes de Santa Catarina que descendentes dos açorianos e dos alemães, possuem olhos e cabelos claros, além de um sobrenome diferente.

Assim, os “barriga-verde” ou os “Catarinas” como são conhecidos, apesar de viverem na ilha por mais de quatro décadas e meia, são considerados, por todos estes motivos “*de fora*” mesmo que tenham feito alianças de casamento e batismo com os “*de dentro*”, pois possuem um ancestral diferente e uma cultura de trabalho diferenciada.

Além de possuir uma aparência física distinta dos naturais da região, estes “de fora” são conhecidos também por pescarem de modo diferente.

Ocorre que no litoral de Santa Catarina o modo de pesca mais utilizado é o de arrasto, atividade que agrega pescadores num trabalho conjunto, e é executada em grupo, geralmente por um grupo de oito pescadores no mínimo, e que tem sua realização vinculada ao mar aberto, ou ao chamado “mar de fora”.

Diferente da pesca artesanal, executada por um ou no máximo três pescadores por canoa, geralmente associada a atividade executada no interior da baía. A pesca de arrasto se constitui, desse modo, numa atividade diferenciada dos aprendizados básicos de pesca utilizados no interior da baía, ou seja, a pesca artesanal dá as primeiras noções de conhecimento e reconhecimento do mar pelos pais dos pescadores e praticado no interior da baía, à beira mar.

Já “*turista*” é o termo atribuído tanto ao visitante sazonal como ao ex-morador que só visita a ilha duas ou três vezes ao ano. Frases como “*a filha de fulano agora é turista, por isso fica no bar com os homens*”, ou “*ele agora é turista, por isso usa estes tipos de roupas*” são várias vezes ouvidas na Vila.

Existe, portanto, uma diferença entre ser *turista* e ser “*de fora*”. Turistas exibem um comportamento diferente do dos moradores da Vila, pois vivem em um lugar diferente. São considerados turistas os viajantes que vão para a Vila nos finais de semana, de barraca ou pernoitando em pousadas e que, portanto, passeiam, ficam na praia, esquiam, mergulham, velejam ou pescam como amadores.

Tal comportamento é encontrado no ex-morador considerado turista, quer tenham nascido na Vila ou em outra vila do município e que vive em outra cidade. Ir para a Vila nas férias, festas ou finais de semana é motivo de lazer. Daí estes ex-moradores preferem aproveitar a praia, não se comportando como moradores, demonstrando que para o nativo da Vila das Peças, é o comportamento do visitante que define como diferente.

2.5 Refazendo alianças

Segundo Claude LÉVI-STRAUSS (1949:53), indivíduos ou classes de indivíduos utilizam termos de parentesco que exprimem determinadas condutas em relação aos outros, como respeito ou familiaridade, direitos ou deveres, afeição ou hostilidade. Em sua discussão detalhada da diferença entre o sistema terminológico, cujo sentido o autor atribui ao que se constitui somente num sistema de vocabulário, e o sistema de atitudes, vistos por ele como um sistema de natureza psicológica e social, existem dois tipos de atitudes que regulamentam as relações individuais nos sistemas de parentesco, as quais seriam utilizadas como esforço de integração da dinâmica do próprio sistema.

Considerando as dificuldades encontradas pelos jovens da Vila, que na opinião destes moradores traduz-se em verdadeiras razões para migrar como a falta de escolas, de assistência médica e perspectivas de empregos, e considerando-se o apelo material e a criação das necessidades de consumo promovidas pela mídia, as adolescentes da ilha vêem nos turistas uma passagem para fora da Vila.

Conforme já mencionamos, turistas são tanto os que visitam a Vila como os ecoturistas e ambientalistas, como antigos moradores da Vila que hoje habitam outros centros os quais conquistaram outra posição social que não a de pescador,

como uma “ponte” entre a Vila das Peças e um lugar melhor para viver, quer seja Curitiba, Paranaguá ou outro centro.

Desse modo, a cada verão, se expande o número de adolescentes grávidas solteiras. As crianças, frutos do contato sexual com ecoturistas e ambientalistas, crescem conhecendo apenas a família da mãe e, via-de-regra, quando indagados sobre o pai, indicam apenas sua cidade de origem, quase sempre Curitiba.

Quando a gravidez antes do casamento acontece entre casais da Vila e não se concretiza a aliança através do casamento existe, de todo modo, aceitação do neto/sobrinho. Apesar de inúmeras vezes as avós e tias comentarem sobre a incerteza da legitimidade da criança, uma vez que *“vem sempre muito turista”*, a criança geralmente usa a terminologia avó/avô, tio/tia, e primos à família do “suposto” pai.

Além disso, a mãe da criança pode recorrer à família do pai biológico da criança, ainda que este não seja reconhecido, e pedir favores como dinheiro, alimentos, roupas, material escolar.

Mesmo que a moça tenha se casado com outro rapaz, de dentro ou de fora, ou mesmo turista, a criança permanece vinculada à família do pai biológico, visitando e obedecendo aos avós e pedindo a “benção” às tias e tios. Na praia, quando das disputas de mergulho, corrida ou coleta, o primo ou a prima reconhecido e reconhecendo o parentesco devem, por obrigação, fazer parte do time ou torcer pelos parentes.

No caso do marido da mãe não ser o pai biológico, este padrasto é chamado sempre de pai e pelo nome em seguida. A madrasta também. Assim pai João e Mãe Maria são os termos empregados aos maridos/esposas dos pais, que não os biológicos. O mesmo acontece com as avós e os avôs, que recebem após esta terminologia seu nome. Diferencia-se assim a família biológica da família adotiva.

No entanto, apenas a criança é que tem acesso a casa dos avós adotivos. A família da mãe da criança e a família do pai, no caso de quebra da aliança, acabam se afastando e fazendo outros laços com as famílias da nova união.

Diferente dos casos de falecimento de um dos cônjuges, pois nesse modelo, as famílias acabam se agregando às famílias do novo casamento, cujos novos “pais” e “mães” são chamados apenas por esta terminologia. O mesmo acontece com os avós do segundo casamento, tios, tias e primos. Ainda assim, no caso de morte do pai ou da mãe a criança acaba possuindo três famílias. Tais laços quebrados podem, e normalmente são, refeitos através de novas alianças entre famílias, principalmente através do compadrio.

Assim, famílias que estão “brigadas” por problemas na repartição do produto da pesca, quebra da “promessa” de casamento, brigas por causa de bebedeiras e discussões entre mulheres e crianças procuram, por meio do batismo resgatar as alianças.

Quando o problema se apresenta dentro da unidade familiar, entre as mulheres principalmente, o sogro, líder desta unidade solicita ao casal que “dê” a criança para o casal cuja relação se encontra estremecida como sinal de amizade e confiança. Ao batizarem a criança, os casais passam então a se tratarem por compadres, ainda que sejam irmãos entre si, tios e sobrinhos, primos, etc.

Quando o problema está entre dois núcleos familiares, sobretudo por causa dos produtos de pesca e coleta, equipamentos de pesca, discussões sobre futebol, fofocas, entre outros casos, é o próprio pai da criança, em consenso com sua esposa resolvem convidar “alguém” do núcleo no qual as relações estão problemáticas, como sinal de “trégua” e busca do reatamento das relações.

Considerando as tensões, observa-se que uma sociedade que contém famílias nucleares agrupadas em unidades familiares que dividem espaços comuns necessita de grades esforços para manter esta unidade. Encontramos tais esforços na esfera cerimonial, como na do batismo, nos padrões de conduta apropriado aos jovens que preparam os membros da unidade para a vida coordenada em unidades familiares, nos papéis assumidos pelos homens e mulheres casados na ampliação da família nuclear, em nome da manutenção da unidade familiar.

Na tentativa de compreender a família *peçana* reconhecemos as dificuldades que enfrentamos, se considerarmos a instabilidade da estrutura familiar tradicional, sob a ótica da economia, das migrações e trocas culturais intensas na ilha. É necessário, portanto, analisar em que medida estas considerações constituem-se em adaptações culturais do *peçano* em relação ao contexto em que vive.

Segundo GEERTZ (1973) padrões culturais são modelos "de" e modelos "para" o comportamento social. Assim, mais do que definição de estrutura interna, a nomeação dos espaços e das pessoas conforme seu espaço social pode ser interpretado como uma forma de resistência à pressão de um modelo que tem se instaurado na vila, por intermédio não só dos turistas, cuja permanência tem se mostrado cada vez mais prolongada na ilha, mas também, e sobretudo, por influencia da televisão, importante veículo de comunicação do *peçano* com o exterior.

Podemos considerar o estranhamento do turista e a inclusão do "de fora" também como formas de busca de equilíbrio social, além de observar as normas e padrões que contemplam a classificação dos que são e dos que não são "bons" para casar, de acordo com o ascendente ou ancestral.

Outro tipo de sustentação e equilíbrio da organização social *peçana* está na religião. Constituinte de um componente de ordem ideológica mais ampla, no que diz respeito ao sagrado e ao profano e suas técnicas para manipulação destas ordens, a religião *peçana* forja um elo de ligação dos indivíduos a sua ordem por meio das ênfases à sanções sobrenaturais de conduta.

Capítulo 3 - Rezas...

Não creio, entretanto, que os pobres que habitam essas tristes palhoças sejam tão desgraçados quanto se poderia pensar. Descendentes, sem dúvida, dos antigos mamelucos, eles não têm previdência; eles pensam o dia, e no seguinte, talvez. O clima é quente, o mar lhes fornece abundante alimento. O mundo é para eles tão estranho quanto eles o são para o mundo, e eles cairiam num estado vizinho daquela em que vivem as feras, se de tempos em tempos, não fossem à igreja e, pela oração não se ligassem à sociedade cristã; se antes de subir às pirogas, não invocassem a Virgem para obter, por sua intercessão, abundante pesca...

SAINT-HILAIRE

3.1 A natureza dos eventos rituais

A riqueza e a complexidade da vida imaginativa e emocional do homem, bem como os aspectos empíricos da religião ligados às experiências culturais são temas de estudo da ciência antropológica, uma vez que, conforme Victor TURNER (1974: 15-19), crenças e práticas religiosas são consideradas (além de relações econômicas, políticas e sociais) indícios para compreensão do pensamento e sentimento das pessoas sobre as relações e os ambientes naturais e sociais em que operam.

Rituais, neste estudo, são vistos como pontes entre ideologias e sistemas de ação, que permitem não só a percepção do que já é conhecido (passado), mas o expressa e modifica (presente). Assim, independente da natureza dos rituais aqui descritos, devem ser observados como instrumentos de transmissão de valores por um lado, e regeneradores e reprodutores das relações sociais de outro.

Mary DOUGLAS, em *Pureza e Perigo* nos diz que ritos impõem ordem. Mostram-se como modos de relações sociais, revestindo essas relações de expressões como linguagens, gestos e cerimônias, as quais oportunizam às pessoas a conhecerem a si mesmos e às sociedades à qual pertencem. Reconhecemos, portanto, com base nesta teoria, rituais como formas de criação e retenção das particularidades culturais, controladas através das formas, valores, cosmologias e experiências de cada sociedade.

Desse modo, com base nos estudos de Marisa PEIRANO (2003), quer sejam profanos, religiosos, festivos, formais, informais, simples ou elaborados, buscamos descrever os ritos em suas formas específicas de confluência entre palavras e ações, demonstrando de que modo tradicionalidade e simbolismo contribuem para a construção e reconstrução do conceito de *peçano*, do *ethos* religiosos e das subjetividades coletivas de crenças entre os moradores da Vila das Peças.

3.2 Orações

Não há padre regularmente na Ilha das Peças. Assim, o contato com o pároco, dentro da igreja católica só se dá em ocasiões especiais, como batizados, casamentos e festas religiosas, marcados com alguma antecedência.

Tradicionalmente o *peçano* é temente a Deus, misturando a doutrina religiosa com crendices e superstições nas quais acredita, recitando orações cujas estrofes passam de geração em geração, de acordo com suas necessidades. Notadamente, a natureza se faz presente em suas crenças, nas narrações de seus “casos” e nos tabus alimentares e lendas, cultivados durante os tempos, ao serem transmitidos de pai para filho.

Lendo as boas novas e as tragédias na natureza, o *peçano* geralmente “sabe” quando vai acontecer uma coisa. Por exemplo, ouvir um pio de coruja durante o dia é mau agouro. Ou se uma “papaná” (mariposa muito grande, comum em todo litoral do Paraná) entrar em casa alguém vai adoecer. No caso da “papaná preta” é pior, pois se for encontrada dentro de casa “*pode saber que alguém vai morrer*”. Nesse caso, não há como quebrar a maldição. “*É morte certa. O jeito é rezar o terço*”.

O terço é rezado por um grupo de mulheres, de todas as idades que, a convite umas das outras se reúnem, à noite na casa de alguém. Não há um calendário de rezas de terço. Dependerá da necessidade de quem convida. Assim, faz-se a reza durante nove dias seguidos “*na casa de quem precisa*”. Na reza do terço a participação dos homens é mínima, ainda que eles sejam os solicitadores do terço, quando estão pescando pouco ou se machucando demais. Notadamente eles acompanham as mulheres até a casa e permanecem lá fora, olhando as crianças e conversando com o dono da casa, até a reza acabar.

Reza-se o terço contra o “mau olhado”. Mau olhado, conforme se apresenta, é uma olhadinha meio ciumenta, sem intenção de prejudicar, não chega a ser inveja, pois “*contra inveja não é reza, é benzimento*”. Diferente do mau olhado é o “olho gordo”. O olho gordo é o elogio demasiado. “É quando a mãe ou a sogra do pescador elogia demais a pesca dele ou fala demais da beleza ou inteligência dos netos, ou dos predicados domésticos da filha ou nora. Acaba, com isso, a própria pessoa “*botando olho gordo, e faz as outras pessoas continuarem bem, mas ficarem sem sossego*”.

No caso das crianças, o “olho gordo” acaba transformando-as em exibidas, mal educadas e resondonas. *“O olho gordo é soberba, e soberba não é bom. Então tem que rezar o terço na casa pra quebrar o olho gordo”*. Reza-se o terço contra o “quebrante”, pois às vezes acha-se a criança bonita demais e, *“sem querer”* coloca “quebrante” nela que adocece repentinamente e repetidamente, de tosse comprida, de resfriado ou lombriga. Mas a reza de terço mais importante e mais difícil, segundo as mulheres, são as rezas contra “susto”. Susto é o que se tem quando se vê fantasmas, ouvem-se barulhos na casa, vozes ou perdem-se objetos.

Atribui-se, durante esses nove dias que pequenos acidentes como tropeços ou cortes de faca ou outra lâmina, chuva forte, ventania, pouca pesca, indigestão, ou qualquer outro evento fora do cotidiano à maldição, caso aconteça com as mulheres que estão rezando o terço.

3.3 Devoções

Os *peçanos* são devotos se São Sebastião, santo que protege contra as doenças e os desentendimentos entre eles. Para buscar sua proteção, usam de invocá-lo de manhã, logo que acordam e antes de levantarem da cama. Em seguida à invocação de São Sebastião, clamam por São Pedro, protetor dos pescadores, pedindo auxílio por boa pesca. Estas invocações, é bom que se diga, ocorrem depois da reza do “Pai Nosso”, ainda antes de saírem de casa.

No caso do tempo não estar muito firme, os pescadores clamam por Santa Rosa de Lima, que protege das tempestades e tormentas ou por Santa Bárbara, que defende das trovoadas e dos raios, na beira da praia. Para pedir boa pesca, a maioria dos pescadores faz sua oração em silêncio, informando apenas, quando questionados, que pedem para o Senhor Bom Jesus olhar por eles naquele dia e permitir que eles voltem para casa, ordenando (Ele) aos anjos que cuidem de sua família na ausência dos pescadores.

As mulheres são devotas de Santo Antônio, que favorece os casamentos, de Santa Luiza, que livra da cegueira e dos males da visão e, em favorecimento dos maridos e dos filhos, estendem sua devoção a Santo Onofre, que devolve objetos perdidos ou roubados e Santa Bárbara para a qual acendem velas defronte a imagem no caso da tempestade alcançar seus maridos quando estes estão no mar.

Ao contrário dos demais santos de devoção, invocados nas orações matutinas ou na reza do terço, Santo Onofre e Santo Antonio são santos castigados.

Para obrigar Santo Antonio a trazer um bom marido, as moças da Vila das Peças usam de amarrá-lo de cabeça para baixo, por um barbante, dentro do guarda-roupa, alegando que o santo não gosta do escuro e traz rápido um marido quando é guardado assim, não só para ser desamarrado, como para receber o presente.

O presente para Santo Antonio é um laço de fita ou uma flor, enrolada em seu corpo para enfeitá-lo, expondo-o num lugar onde possa ser visto, dentro do quarto da moça, preferencialmente, sobre uma toalhinha de crochê feita a mão, por ela mesma.

Já para obrigar Santo Onofre a devolver objetos perdidos, as pessoas da vila costumam colocá-lo de cabeça para baixo em frente à janela, pois defendem que Santo Onofre é um santo tímido e fica envergonhado em ser exposto dessa maneira. Portanto faz aparecer o objeto perdido para ser retirado dali e também para ganhar o presente.

O presente para Santo Onofre é um *“fundinho de copo de pinga”*. Dizem os moradores da Vila que à noite, quando se oferece o presente para o Santo, pode-se ouvi-lo dando uns goles na pinguinha, do copo. Alguns não acreditam no escutar, mas todos juram que a pinga some no outro dia. Naturalmente evaporada. A devoção mais presente, porém, é ao Divino Espírito Santo.

*“Antigamente”, diz seu Bento, “vinha na Vila a Bandeira do Divino, mas hoje não vem mais, nem tem mais bandeira por aqui”. Ainda que não exista a Bandeira do Divino na Vila das Peças, nas casas dos moradores mais antigos como dona Dica, Dona Nica e Seu Bento, ainda pode-se encontrar o desenho do divino pendurado na parede. Trata-se de um quadrado vermelho com a pintura de uma pomba de asas abertas, em cor branca, no centro. “É a pomba do divino”, imagem do Divino Espírito Santo que eu guardo, porque já recebia visita do cantados do divino, quando tinha a falecida esposa e as crianças morando comigo”. E descreve a Bandeira, como se tratando de uma “reza” trazida para o Brasil pelos portugueses. Diz Seu Bento que seu pai já foi tocador de *tiple* e ele mesmo foi porta-bandeira.*

Dona Nica lembra muito da Bandeira. *“Gostava quando a bandeira chegava de noite, olhando da praia a gente via a tocha no barco do cantador. Aí todo mundo corria e colocava tochas na praia, fazendo um caminho iluminado para a bandeira passar”. A Bandeira do Divino, ou estandarte, descrita por LANGOWSKI (s.d.: 10) consiste num pano vermelho ou pano branco, que tem pintado no centro, uma pomba de asas abertas.*

Preso num mastro de até dois metros de comprimento possui na extremidade superior um grande buquê de flores de papel (vermelhas se a bandeira for vermelha e brancas se a bandeira for branca) de onde pendem muitas fitas coloridas ou acompanhando a cor da bandeira. Acima deste buquê, em metal ou madeira pintada de dourado ou prateado, existe a imagem esculpida de uma pomba dentro de um grande arco florido.

Dona Nadir conta que pediu para o divino Espírito Santo um marido, e que ele *“Graças a Deus me trouxe o melhor marido que já existiu na ilha”*. Conta ela que dois dias depois de fazer o pedido para o Divino, caminhava pela praia de volta da Vila de Bertioga e encontrou um pescador que vinha de Paranaguá e por ter não ter encontrado nada de bom para pescar, pedia pousada até o outro dia na Vila.

“Antes de ir embora no outro dia, tirou do bolso um pacotinho bem surradinho com uma fita branca dentro, dizendo que tinha comprado aquela fita e guardado no bolso até que encontrasse uma moça educada para ser mãe dos filhos dele. Era justamente uma fita branca que ela havia prometido para o Divino. Foi o sinal, casamos três meses depois”. Tirando de trás do porta-retrato do marido um laço de fita branca, disse que não teve coragem de dar aquela para o Divino, tendo amarrado na bandeira outras três fitas para compensar.

As fitas do Divino são as pagas de promessa das pessoas que acreditam em seu poder, as quais ficam penduradas no buquê da bandeira, para mostrar sua força. Segundo Dona Nadir, a Bandeira que chegava na Vila era branca, e as fitas também. A outra que ia para os lados da Vila Fátima, onde ela tem alguns *“conhecidos”* é vermelha e têm fitas de várias cores penduradas.

Ainda segundo relato de Dona Nadir, reforçado pelo relato de Seu Bento, *“as cores da fita não dizem nada, não tem uma cor para cada milagre, vai do gosto de quem paga a promessa”.* Prova da existência de outras bandeiras no mesmo local.

Dona Nair conta que a Bandeira que ia pra Vila Fátima (Superagüi) existiu ainda por um bom tempo, até os anos oitenta. Segundo ela, foram os moços que não saíram mais para arrecadar, pois não é mais moda ser componente da Bandeira. Sabe-se que a Bandeira do Divino percorreu a região parando de Vila em Vila, desde Cananéia até a Vila de Laranjeiras, repetindo o mesmo cerimonial.

Ao aproximar-se da praia, o tambor executa uma determinada cadência lenta, que anuncia a chegada da Bandeira. O “cantador” então saúda a família, em versos improvisados, pedindo permissão para entrar, enquanto o “tiple”⁸ e a “rabeca” executam uma melodia simples. Quando isso acontece, a família corre para a frente da casa para recebê-la. A Bandeira é passada então para a dona da casa que convida todos para entrar.

⁸ Tiple, segundo LAGOWSKI é um pequeno instrumento musical de madeira, semelhante à clarineta ou fagote, do qual se extraem sons agudos e estridentes (s.d.: 11).

Dentro da casa, o cantador invoca através do canto as graças e favores do “Divino” para a família. Durante os cânticos, que invocam o nome dos anfitriões, os membros da família vão, um a um, colocando pequenas somas em dinheiro na sacola do cantador, que agradece de forma musical e pede proteção para aquele morador. Terminada a cerimônia, o cantador se retira para outra casa que queira receber a Bandeira.

Caso seja hora do café ou almoço o cantador e os demais componentes da Bandeira são convidados a fazer uma refeição. Neste caso a Bandeira é enrolada, os instrumentos são “baixados” e os componentes conversam e se alimentam junto com a família. Ao anoitecer, a “Bandeira” pernoita na última casa visitada, saindo somente no outro dia, logo de manhã cedo.

As dádivas colhidas pelo “Divino” são ajudatórios para realização da Festa do Divino Espírito Santo, em Cananéia. Em geral, dizem que os componentes da bandeira, um grupo de quatro ou cinco pessoas, sendo um cantador, um tocador de tambor, um tocador de tiple, um tocador de rabeca e um porta-bandeira, saíam de Cananéia com trinta dias de antecedência da festa.

Apesar disso, LAGOWSKI (op. cit) afirma que as “esmolos” arrecadadas eram divididas entre os componentes, os quais acreditavam cumprir um “dever piedoso levando, de casa em casa, um pouco de fé e de esperança aos corações humildes e ingênuos dos caboclos”. Seu Bento, Dona Nair, Dona Nadir e outros informantes, mais idosos da Vila, no entanto, negam que o cantador ficasse com o dinheiro arrecadado.

“Claro que o Mestre da Bandeira também precisava comer, quando não era oferecido de graça, então ele comprava peixe, farinha e banana e eles comiam na beira da praia. Mas a intenção de verdade era arrecadar o dinheiro para a festa e ainda fazer outras bandeiras para espalhar a devoção católica por todo o litoral”, diz Seu Bento.

3.4 Ritos e Ditos

Os rituais de batismo na Vila das Peças são uma tentativa de reprodução do mesmo rito observado a longo do tempo, explicam os mais velhos. Realizado geralmente na casa da avó materna, o rito de batismo segue uma ordem bastante simples. Toma-se uma vela acesa e um prato de água que são colocados sobre uma mesa, previamente levada para o quarto, ou sobre uma cadeira, uma penteadeira ou outra peça que já esteja no quarto, que sirva de aparador. O pai, a mãe com a criança no colo e o casal de padrinhos entram no quarto e ajoelham-se em frente ao móvel onde está a vela. A avó materna acende a vela e diz as seguintes palavras: *“Pedimos aos Nosso Senhor Bom Jesus que receba este pagão no seio de vossa Igreja, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”*.

A avó materna se ajoelha ao lado a filha. Em seguida a madrinha e a mãe se levantam e a madrinha, pegando um pouco de água com a mão e jogando sobre a cabecinha do bebê, diz: *“Eu, tua madrinha, te batizo (diz o nome da criança) em Nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”*. Em seguida se ajoelha. O padrinho, então, se levanta, molha as pontas dos dedos da mão direita na água e diz as seguintes palavras: *“Eu, teu padrinho, te batizo em nome do Pai, do Filho e do espírito Santo”*, e com o polegar umedecido faz na testa da criança o sinal da cruz.

O padrinho e a mãe da criança se ajoelham. Então, o pai da criança se levanta e pede uma oração, solicitando que Nosso Senhor Bom Jesus aceite aquela criança e dê a honra àquela família de pertencer a Sagrada Santa Madre Igreja, e que o abençoe e lhe ilumine os caminhos, tanto na terra quanto no mar, e que o proteja de todos os perigos e tentações. Ajoelha-se e todos rezam o Pai Nosso.

Depois de rezarem o Pai Nosso, a avó paterna, que havia permanecido ajoelhada ao lado de seu filho, se levanta, ergue a mão direita e abençoa a criança com as seguintes palavras: *“Eu te abençôo (diz o nome do bebê) e rogo que Nosso Senhor Bom Jesus olhe sempre por você e ilumine teus caminhos tanto na terra quanto no mar, e te proteja dos perigos e das tentações. Amém”*.

Então todos se levantam, trocando saudações mútuas, de “*seja bem vindo*” e beijando a criança na testa. É importante notar que os pais da criança cumprimentam os padrinhos e as sogras. Por mas que já tenham outros filhos, esse cumprimento em relação às sogras é repetido.

Observa-se que o ritual do batismo cumpre uma função de renovação da aliança, que se inaugura com os padrinhos e é reforçada com as sogras. Depois das saudações, os pais, as avós e os padrinhos da criança saem do quarto e os avôs (paternos e maternos) se saúdam também, se chamando de compadres, e apertando as mãos das avós a quem chamam de comadres.

Após o ritual e os cumprimentos, chega a hora da comemoração à mesa, com almoço ou lanche, dependendo da hora. Mas antes de começarem a comer, o pai ou avô da criança bem como todos os convidados são chamados a uma oração em ação de graças pela saúde e pela entrada da criança na família. Todos rezam um Pai Nosso.

Pode-se observar este tipo de oração em torno da mesa em outras comemorações, como dia das Mães, dia dos Pais, Páscoa, Natal, Ano Novo. Geralmente, o anfitrião convida à todos para rezarem agradecendo estarem todos unidos, terem alimento fruto de seu trabalho, e lembrarem dos que já faleceram.

As crianças da Vila das Peças tomam a benção regularmente dos avôs e avós, dos tios e dos padrinhos. Sempre que uma criança chega na casa de um adulto, junta as mãos e se prostra em frente do adulto, pedindo a benção. O adulto então, colocando suas mãos em torno das mãos da criança e a abençoa em nome de Deus.

Outro modo de pedido de benção é o *Louvado*. O *Louvado* é dirigido a um adulto ou adulta que na possui laços de parentesco ou afinidade com a criança, mas deve ser rezado sempre que a criança chegue na casa. Entrando pela porta a criança, quer esteja de mãos unidas ou não, diz: “*Louvado seja*” ou “*Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo*”. Ao que o adulto responde, quer colocando as mãos sobre as mãos da criança, ou não, “*para sempre seja louvado*”.

“Esse é um modo de conhecimento, não só que uma criança é seguidora das leis da Igreja e dos mandamentos de Deus, mas de que ela é educada, respeitadora e de boa família”, dizem. “Não se deve, portanto, ir entrando assim, igual cachorro na casa dos outros, igual bicho. Gente tem que ter modos de gente”.

De toda maneira, “deus”, enquanto expressão, figura constantemente no vocabulário *peçano* substituindo geralmente o inimaginável e denotam punição. Assim desde uma traquinagem até uma traição, o *“Deus o Livre”* aparece ocupando o lugar de palavras ou frases mais duras. *“Deus o livre se a mãe souber”, “Deus o livre se ela não fizer”, “deus o livre se...”* são expressões comuns *peçanas*.

Outras expressões comuns são os *“Vá com Deus”, “Deus te acompanhe”*, *“Vá e volte com Ele”*, etc. Sobretudo antecedendo viagens, pescarias ou idas a lugares mais distantes. Além dessas, encontramos o *“Pense em Deus”*. Pensar em Deus significa, na Vila das Peças, não fazer nada de errado, ou seja, nada socialmente condenável.

O *“Pense em Deus”* é geralmente dito pelas mães a seus filhos solteiros (moços e moças) antes de uma viagem ou uma festa na beira da praia, atividades que agregam muitos jovens. Mas esta expressão não é muito comum. Geralmente é dita seguida de um exemplo, sobretudo de um rapaz ou moça que “se perdeu”, ou seja, “aprontou” numa atividade social destas, e é usado como mau exemplo. Assim, é pouco usada, mas aparece: *“Pense em Deus, pois fulano (a) não pensou e olhe no que deu”*. Misto de aviso, preocupação e punição divina.

Apesar disso, no entanto, rezas em família em torno da mesa não são comuns. Nem se observa, tampouco, benzimentos (com o sinal da cruz) antes das refeições, atitudes comuns aos pequenos agricultores.

Os benzimentos aparecem muito, no entanto, antes da ida para o mar, pelos homens e antecedendo a entrada na mata, pelas mulheres. Neste caso, benzem-se para livrar-se dos perigos e pedir proteção de Nossa Senhora, para afastarem o mal de seus caminhos.

3.5 Tabus, crendices e superstições

Contados nos quintais, nas trilhas e nas matas pelas mulheres e na praia pelos homens e crianças os “casos”, as lendas e os tabus, fruto da crendice do *peçano* revela não só os poderes modificadores das crendices e superstições mas suas “curas”. Sendo parte do discurso e da vida cotidiana do *peçano*, tornando-se tarefa fácil colhê-los tanto em sua desordem quanto em sua reorganização.

Os tabus alimentares são muitos, dos quais destacamos alguns. Acredita-se que meninas e moças não “podem” comer frutas grudadas uma na outra (como é comum em caso de bananas e goiabas) pois, além de poderem gerar filhos gêmeos (o que não é bom, uma vez que a mãe acaba se “dividindo entre um e outro”) eles nascerão (fatalmente) grudados um no outro. Caso coma, para quebrar o mal, usa-se se benzer três vezes com o sinal da cruz.

Além disso, mulheres grávidas não devem comer peixes defeituosos, de escama falhada ou que “*estejam faltando pedaços*”, como os mordidos por peixes maiores quando presos nas redes, pois os filhos “acabarão” nascendo com defeito, “*sem olho ou com pernas e braços faltando*”.

Se acontecer da mulher ingerir um “*peixe ruim*” sem saber que estava grávida, assim que tomar ciência deste fato ela deve “*arranjar*” um peixe bem bonito, limpá-lo com cuidado, prepará-lo e consumi-lo sozinha, mentalizando que o filho será tão bonito quanto ele.

Outro tabu alimentar é o de peixes que não tem escama, os “*peixes de pele*”, como o cação e a arraia. Mulheres convalescentes de parto, ou seja, no período de “*resguardo*” não devem comer peixe de pele, pois “*podem morrer*”. Só se alimentam destes tipos de peixes após dois meses, pois são considerados “*comida forte*”.

Do mesmo jeito, se ao limpar o peixe de pele a mulher, estando grávida ou não, se cortar ou machucar a mão e xingar, dizendo “*maldição ou queixa da vida*” ao ingerir o peixe de pele xingado, a perna sobre a qual se apoiava mais na hora em que praguejava, fica “*cheia de feridas*”. Antes que isso aconteça, deve-se furar o

peixe três vezes e colocar sal em cada buraquinho de faca, *“pra quebrar a maldição”*.

Existem as interdições dos caminhos da praia ou da mata. Gestantes devem evitar caminhar pela praia, pois se um “guaruçá” (pequeno siri branco que corre nas areias da praia) passar por cima de seu pé, *“já era”*, o filho vai *“sair cedo de casa”*. Então, se isso acontece, ela precisa capturar um outro guaruçá, prendê-lo na mão e virando-o de barriga para cima, *“fazê-lo dormir”*, ou seja coçar a barriga do siri, para que ele fique encolhido e quieto.

Na mata, para as grávidas os “perigos” são maiores. Se a caninana, no mato, sentir o cheiro de *“mulher grávida”*, corre atrás dela, pra mamar. A cobra caninana é um ofídio que não tem veneno e existe em grande quantidade por todo o litoral, vivendo sobretudo perto do mar e dos rios, alimentando-se de pequenas aves e roedores.

Talvez por, constantemente, serem encontradas dentro das casas onde, penetram durante o dia à procura de alimento, diz a lenda que à noite, quando o bebê chora para mamar, a cobra sobe na cama da mulher, mamando no lugar do filho, ao qual oferece seu rabo, iludindo a mãe e matando a criança de inanição. Por isso, mais importante que arrumar o berço, é fechar as frestas da casa com barro e cinza de fogão, para que a caninana não entre nem antes nem depois do bebê nascer.

Mulheres também, de qualquer idade, devem *“guardar cuidado na mata perto do mangue”*, pois o *“arurá”*, lagarto conhecido também como mandorová ou sacová, pode estar por perto.

A crença é que esse lagarto tem o poder de “engravidar” mulheres se essas pularem por cima deles. Como é um lagarto grande, alguns com mais de um metro e vinte centímetros, porém muito calmo, esse lagarto tem por hábito permanecer durante horas atravessado no meio das trilhas.

Acredita-se que esse é um ato estratégico, pois contam que ele pára, exatamente, em locais onde fica difícil desviar na mata, ou seja, próximos aos barrancos ou no *“alagadiço”* que é a beirada do mangue. Assim, como os meninos

pulam por cima dele, as meninas criam o hábito de pular também. O que é evitado quando as meninas crescem.

De qualquer modo, *“não são todas que engravidam”*. Segundo a crença, as escolhidas para *“gerar um piá dele”*, na hora em que pulam por cima dele, ouvem um assovio. Esse assovio as persegue durante todo o período de gestação até que elas gerem um lagarto maior que o pai. *“Só que com dentes, igual gente”*. Ocorre que o arurá é conhecido também em toda a região como jacaré, uma vez que tem tamanho e comportamento de lagarto, mas possui dentes como um jacaré.

De todo modo, se isso acontecer, a moça ou mulher, tão logo tenha ouvido o assovio deve chamar um homem *“pra quebrar a maldição”*. Irmão, pai ou primo, o homem entra na mata para matá-lo, e dessa forma mata-se também *“o piá dele”*.

3.6 Festas familiares, religiosas e outras formas de sociabilidade

Quando existe a solicitação, o padre da Paróquia de Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões, localizada na sede do município de Guaraqueçaba, vem à Vila. Geralmente para celebrar casamentos, o padre, atendendo a solicitações, batiza as crianças na igreja.

O ritual do batismo na Igreja segue a ordem da Igreja Católica. Neste caso, avós paternas e avós maternas apenas assistem. E neste caso, após a cerimônia não há festa. Mas há o registro no livro dos batismos, o que valida legalmente o batismo. O padre, conforme relato, não aceita o batismo em casa. Alega que *“nada substitui a igreja, mas que os moradores das Ilhas são teimosos, e continuam com essa tradição”*. Geralmente os batizados são realizados aos sábados pela manhã.

Os casamentos são grandes comemorações na Vila. Naturalmente agregando diversas unidades familiares, acaba por atingir todos os moradores da Vila e de outras localidades. Normalmente realizados nos sábados à tarde, as festas que seguem os ritos de casamento costumam se estender até a manhã do outro dia.

Comemorados no barracão da Associação dos Moradores ou nos quintais das famílias, costumam ter churrasco, bebidas e músicas modernas como Pagode, Axé e eletrônicas. Não se vê na Vila das Peças o fandango. Dizem os moradores que nas Vilas “menores” ainda existem alguns tocadores, mas *“hoje em dia são raros, pois os jovens só querem dançar o que eles vêem pela TV”*.

Estas festas familiares preenchem importante papel na sociabilidade dos moradores da Vila. Rompendo com a rotina diária, transformam-se em grandes momentos na vida destas pessoas, sobretudo pelo grande fluxo de parentes e “conhecidos” de vilas próximas que agregam. Toda essa movimentação pode ser percebida muito antes do dia da festa, quando os preparativos que antecedem a cerimônia de casamento começam a se desenrolar.

Viagens de barco até Paranaguá ou Guaraqueçaba para compra de roupas, alimentos e bebidas marcam o início das festividades, a base de esforço maior concentrado na pesca para arrecadação de dinheiro para estes gastos. Apesar de viverem com simplicidade, os moradores da Vila das Peças estão inseridos num sistema maior e, portanto, ligados a padrões e costumes também da sociedade industrial que os cerca.

Sendo assim o esforço requerido para alcançar essas necessidades – sazonais – de consumo são bastante grandes. Note-se que tal esforço está não só na unidade familiar ao qual pertence cada um dos nubentes, mas em todas as unidades circundantes, uma vez que de algum modo estão todas interligadas.

Tais imperativos sociais acabaram substituindo as antigas festas de casamento da Vila. Dizem os mais velhos que antigamente o que importava era a reunião. Hoje, segundo estes moradores mais velhos, os costumes estão presos em parecer mais modernos. Vestidos de noiva que copiam modelos de atrizes famosas e o hábito de jogar arroz nos noivos, na saída da igreja, têm aparecido na Vila.

Outra modificação está na existência de uma mesa principal, que agrega os noivos, os pais dos noivos e os padrinhos quando a festa é realizada no barracão da Associação de Moradores. Seu Orlando diz que isso mudou muito, e rindo, comenta

que *“antigamente ficava várias mesas, de tamanhos diferentes umas das outras, porque cada um trazia a sua, de acordo com o tamanho da família”*.

Fato que parece incomodar os mais velhos, hoje a disposição das mesas, arrumadas com toalhas e arranjos iguais, afasta as famílias, pois à aproximadamente uma década atrás, as mesas eram colocadas unidas umas às outras formando uma seqüência por estarem dispostas em uma grande linha.

Tal modelo propiciava maior aproximação entre as pessoas e conversavam, brincavam e “brigavam” todas ao mesmo tempo.

Ainda conforme tais relatos, a disposição antiga facilitava na hora de jogar “truco” ou de dançar. Hoje, para eles as festas de casamento estão muito arrumadas, fugindo do padrão de sociabilidade encontrado antigamente.

Outra forma de rompimento da rotina da Vila está na Festa de São Sebastião, padroeiro da região, comemorada no dia 20 de janeiro, ou seja, em pleno verão. É a festa mais importante da Vila, por trazer moradores de outras cidades e muitos turistas. Esta festa é geralmente organizada pela Associação de Moradores, notadamente para angariar fundos para a própria associação, e não para a igreja. Em sua área de pesquisa, Marcos LANNA (1995) afirma que “uma festa de padroeiro é considerada bem sucedida se conta com a presença de muitas pessoas de outros locais, se a dança se estende até a chegada da manhã e se levanta para a igreja uma grande quantidade de dinheiro”.

Na Vila das Peças existe uma mobilização de todos os moradores, que tem nesta festa uma maneira de obter lucro seja com a venda de peixes, mariscos e camarões para as pousadas, restaurantes ou diretamente para os turistas, seja com o aluguel de quartos de suas casas ou suas canoas de pesca, seja com as pequenas excursões para melhores lugares de pesca ou para o mangue.

Tal esforço ultrapassa os limites da Ilha e atinge a sede do município de Guaraqueçaba, onde os moradores da Vila buscam auxílio para melhorar seus estoques nos pequenos armazéns e lojinhas da Vila, além do patrocínio para o contrato de grupos de pagode ou conjuntos musicais, som eletrônico e luzes e

confeção de cartazes para a festa, além das medalhas dos campeonatos de futebol.

Ao contrário do que se imagina, não há procissão nem novenas antecedendo a festa do Padroeiro. O papel do padre limita-se a rezar uma missa, assistida por alguns moradores e dar a abertura da festa, que se segue com jogos de futebol, música e o baile que encerra o dia, que se inicia pelas dezoito horas e se estende até o outro dia. Não tendo o padre e a religião como figuras principais, após o almoço o padre se retira, deixando a diversão por conta dos pequenos campeonatos de futebol, os jogos de carta, os passeios de barco e os banhos de mar.

Diferente da sede do município, onde a Colônia de Pescadores realiza a festa de São Pedro Pescador, em junho, e a igreja organiza a festa do Senhor Bom Jesus em agosto, a única festa religiosa da Vila das Peças é a do Padroeiro.

A festa de São Pedro, na sede do município, organizada pela Colônia de Pescadores, realiza atividades ligadas a ocupação marítima, como campeonato de pesca e corrida de barcos, além dos campeonatos de jogos de baralho e um pequeno festival de música regional, com o lucro revertido diretamente para a Colônia, e sem ajuda nenhuma da municipalidade.

A festa do Senhor Bom Jesus, em agosto, além das missas e da procissão que perduram quase por uma semana, realiza torneios de futebol, de jogos de baralho e bingos. Os lucros obtidos pela festa de agosto são revertidos diretamente para a Igreja. Ambas são festas realizadas para os próprios moradores locais, recebendo alguns moradores de vilas mais próximas, sobretudo os do continente.

Uma característica observada na festa de janeiro, na Vila das Peças, é que ela se realiza com vistas a turismo, com a nítida intenção de arrecadar verbas para sobrevivência dos moradores no inverno, quando a ilha recebe poucos turistas, notadamente os pescadores amadores e alguns velejadores.

Outras formas de lazer e distração dos moradores da Vila estão nos bailes de carnaval e nos jogos de futebol ao longo do ano, e alguns bailes dançantes organizados pela Associação de Moradores. No mais dos tempos, os momentos de descontração dos moradores da Vila limitam-se às visitas rápidas aos parentes e “conhecidos” para conversas sobre assuntos do dia a dia.

Antes da incidência da legislação ambiental sobre a área de pesquisa, realizavam-se como forma de integração social dos moradores da Vila, as campanhas de caça do lagarto, cuja carne, muito apreciada, era consumida e a banha usada no cotidiano para fritar o peixe, as saídas de coleta de frutas, como a goiaba e a banana, os mutirões para derrubada de algumas árvores para queimar no fogão, a busca de água, especialmente pelas mulheres e crianças, nos córregos na mata.

Hoje, a banha de lagarto foi substituída pelo óleo de soja, os fogões, em sua maioria, são à gás e a água é encanada. Além disso, a coleta de vegetais não é permitida fora dos limites de uso previstos pela lei ambiental, estando, portanto, apenas 0,02% do território da Ilha liberado para uso pelos moradores.

Capítulo 4 - Anzóis...

Só tendo a morte quase certa é que o poveiro não
vai ao mar.
Aqui o homem é acima de tudo pescador.
Depende do mar e vive do mar: cria-se no barco e
estranha-se no salitre.
Desde que se mete em terra, o poveiro modifica-
se; perde em agilidade e equilíbrio, hesita,
balouça-se, não sabe onde há de pôr os pés.
Nunca deixam a beira-mar, como se a respiração
do mar lhes fosse indispensável à vida.

J. BRANDÃO

4.1 Homem-mar, Mulher-terra

Marcel MAUSS (1999: 101), em seu artigo *Fenômenos Gerais da Vida Intra-Social*, define a noção de totalidade como resultante da forma psicológica de representação da coletividade, exprimida tanto pelo nome que a sociedade se dá, como pela sensação de pertencimento de cada indivíduo em relação à coletividade, através da noção de descendência comum. Dessa forma, o conceito de cultura, despojando-se do peso que já suportou, é visto aqui como categoria nativa, usada pelos agentes sociais aos quais ela é relevante.

Os moradores da Ilha das Peças (ou *peçanos*) atuais, modificados pelo que foi assimilado do parnanguara, do curitibano e do paulista ao longo de trezentos anos mostram-se felizes em ser ao mesmo tempo arcaicos e modernos.

Sendo moradores de lugar de fácil acesso, próximo de grandes centros que dispõe de bens de consumo e serviços de relativa qualidade – como os de saúde e educação – dominam e usufruem de uma região de grande beleza e preservação natural. Adotam assim, as vantagens do progresso conservando sua personalidade regional.

A imagem exata da gente da Ilha, facilmente identificados em relação aos moradores que vem de fora e dos turistas, é de beleza e robustez. Homens, mulheres e crianças se mostram orgulhosos de suas águas (dos rios que cortam a Ilha) e de seus mares. Diria um poeta que seu conhecimento da lua, da chuva e do vento lhes confere o porte de herói, das artes da pesca e leitura do mar, de guerreiro.

As observações de campo nos levaram a perceber que tanto a família quanto a natureza do morador da Vila das Peças são pensadas de maneira hierárquica. Conforme já mencionamos neste trabalho, a família *peçana* mostra a preponderância e a autoridade do chefe de família, como pai e como marido.

De outro lado notamos a submissão da mulher e a subordinação dos filhos, características de família patriarcal. Assim como na família, a natureza é encontrada dividida de maneira hierárquica.

Foto 1: Vista da orla marítima e do trapiche: Ilha das Peças



O mar, imprevisível devido às mudanças bruscas no corpo d'água, indivisível por seus muitos usos e poucos limites, e o mangue, dotado de uma paisagem cujos segredos de orientação só se consegue após muito tempo de aprendizado de leitura, pertence aos homens⁹.

A praia e suas rochas onde se encontram inúmeros mariscos, bem como a mata e as ervas usadas para remédios pertencem, respectivamente às mulheres e às crianças. Assim dividem a natureza da Vila. O mar, o mangue a praia e a mata. Neste contexto cultural, pretendemos entender a natureza e a família *peçana*.

4.2 Homem-mar

Os homens dominam simbolicamente o mar a partir dos direitos obtidos através dos conhecimentos que possuem de seus caminhos e segredos, domínio este exercido em cumplicidade com as mulheres, que o reconhecem como espaço predominantemente masculino.

As mulheres da Vila das Peças estão de acordo com a crença explícita nesta verdade coletiva, demonstrada por meio de um respeito compartilhado. É vetado à mulher acompanhar o marido/companheiro na praia, até a embarcação, quando este vai sair para pescar. Assim como é péssima conduta feminina desejar sorte ao pescador, na visão dos nativos da ilha. Vi uma turista, ao desejar “*boa pesca*” a um grupo que estava saindo para pescar em mar de fora receber em troca um gélido “*até breve pra senhora também*”.

Não esperava essa conformidade em sinais tão visíveis de respeito às regras. Ao comentar o acontecido na praia, uma mulher de pescador defendeu a resposta recebida pela turista, alegando que esta, ao desejar boa pesca, acabou duvidando do conhecimento que os pescadores possuem do mar, “*desonrando-o*” e expondo-o ao ridículo na frente de todos.

⁹ Não afirmo, no entanto, que as mulheres não pesquem. Elas o fazem, e por isso são bastante elogiadas, afinal, conforme os próprios pescadores, existem mulheres que pescam tão bem “*que parecem homens*” . Mulheres pescam bem, executam o mesmo trabalho, afastam-se quinze dias da terra como os homens, fazem o mesmo esforço físico, mas parecem homens, pois a pesca, na Vila das Peças é trabalho masculino.

A síntese antropológica desse esquema de ordem social de valores está na relação de oposição entre a igualdade e a diferença embutida num discurso feminino. Para as mulheres da Vila das Peças, homens são semelhantes ao mar, pois podem ir da tranqüilidade à fúria, do previsto ao imprevisto.

O mangue, assim como o mar, é de uso masculino. Visto como espaço periférico neste trabalho, uma vez que dificilmente se comercializa o produto da coleta, na época de liberação da coleta de caranguejos (meados de dezembro) ir para o mangue significa mais lazer do que trabalho.

A coleta de caranguejos ou das ostras no mangue é uma das atividades que mais agrega os homens (tanto quanto as festas religiosas e os campeonatos de futebol), pois além de formarem grupos para ida até lá, notadamente de pais e filhos, avôs e netos, sogros e genros ou compadres, essa atividade realiza-se, normalmente, nos finais de semana.

É, no entanto, o clima de competição que se instaura que dá o tom de brincadeira, pois ao final da disputa de quem é o melhor coletor (ou seja, o mais experiente), todos se reúnem para o preparo e comilança do resultado da competição, juntamente com suas mulheres e filhos.

De qualquer modo, afirmar que o mar e o mangue são espaços de uso masculino somente por que são os homens que vão até lá de modo recorrente seria simples demais. Existe uma outra hipótese, que quero trazer à discussão.

Observamos, e confirmamos através de entrevistas com os moradores mais antigos, um tipo de princípio de reciprocidade, onde podemos reconhecer uma troca econômica que se realiza entre dois indivíduos na qual nenhum deles especifica precisamente o que espera receber em troca, nem quando espera.

Ocorre que se uma mulher, quer seja moradora antiga, hóspede em casa de moradores da Vila, moradora nova ou turista, ao encontrar um grupo de homens que estejam indo para o mar ou para o mangue, solicita que tragam para ela um peixe ou uma corda de caranguejos¹⁰, certamente eles trarão, sem aceitar pagamento por isso.

Se esta mulher, conhecida, parente ou não, pedir que tragam um peixe ou algumas cordas para preparar em sua casa, isso também acontecerá. Só que de maneira diferenciada. Os homens vêm com uma quantidade maior do produto, com suas esposas e filhos que queiram vir. Trazem também arroz, café e açúcar e talvez alguma verdura se tiver.

Se esta mesma mulher, pede que traga um peixe ou uma corda para ela comprar, aí então o pagamento é aceito. Isso sim é uma encomenda. Note-se porém, que ao indagar sobre este costume recebi dois tipos de respostas diferentes.

As mulheres, tanto as moças como as mais velhas, disseram que na Vila nenhuma mulher fica sem a “*mistura*”. Sabendo que normalmente mulheres ficam em casa com os filhos e precisam alimentá-los, os homens “*cuidam*” delas. Uma vez que se elas pedem um peixe ou uma corda, é porque seus maridos não estão para trazer-lhes, ou estão doentes, ou mesmo eles não existem.

Além disso dizem as mulheres, os moradores da Vila gostam de fazer amizade, “*sem maldade nenhuma*”. Se os homens são chamados para a casa de uma mulher é porque seu marido vai estar lá também, e que poderia capturar o peixe ou coletar o caranguejo e trazer para casa, mas quer fazer amizade. Só que ele não pode chamar para comer em casa, isso é coisa de mulher, uma vez que a casa é da mulher.

Já os homens vêm de outro modo. Se a mulher quer comprar, se quer fazer amizade, ou se precisa se alimentar e aos seus filhos, eles trazem peixes, caranguejos e ostras, de bom grado. Ocorre que de qualquer modo são eles quem tem o dever de trazer a captura ou coleta para elas, evitando assim “*que elas vão pro mangue ou pro mar*”.

¹⁰ Cipó que contém uma dúzia ou uma dúzia e meia de caranguejos.

No caso da Vila, os homens preferem que as mulheres não vão para o mar ou para o mangue pois, conforme os entrevistados, mulheres não possuem a prática necessária para pesca ou coleta e portanto, podem não só se perder no mangue, mas retirar uma quantidade maior do que é necessária, impedindo que outros vão até lá e retirem produtos também.

Seria, neste caso, um tipo de troca adaptado a condições de suprimento de pesca e coleta dentro dos limites territoriais que pertencem à Vila. O estímulo a um esforço mais intenso de captura ou coleta poderia tender ao esgotamento do produto, trazendo, dessa maneira, um efeito adverso na sobrevivência social e ambiental do grupo.

Apontada como principal fonte de renda dos moradores e domínio de trabalho dos homens por Lúcia Helena de Oliveira da CUNHA e Maria Dominique ROUGEULLE na Vila das Peças (2004), a pesca é realizada tanto nos moldes artesanais com canoas a remo esculpidas num tronco só, como em embarcações motorizadas como as traineras, baleeiras e botes.

As canoas a remo são construídas por *“fazedores de canoa”*, mestres do ofício da construção da embarcação de um tronco só. Tais artesãos gastam, em média, cinco dias para derrubada da árvore nativa e, aproximadamente sessenta dias para fazer a canoa e os remos, utilizando somente facões e machados para o feito.

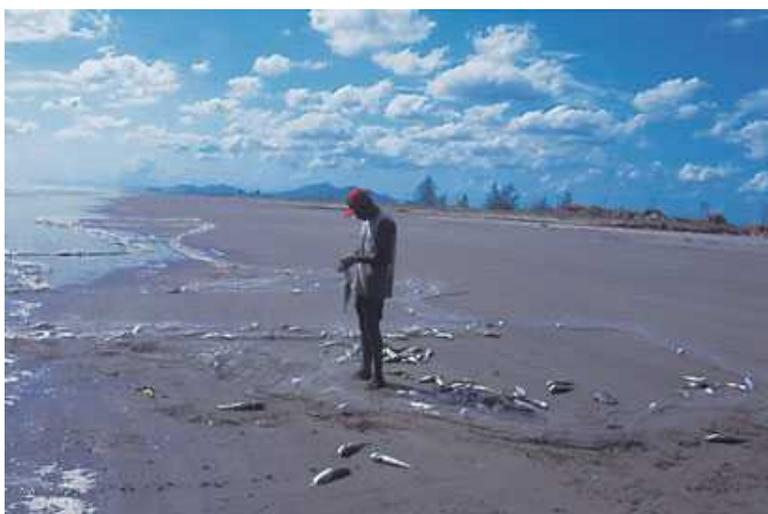
Estas embarcações são construídas na floresta e levadas, nos ombros dos pescadores, até a praia. Possuem de quatro a sete metros de comprimento por, no máximo, trinta e oito centímetros de fundo. O fazedor de canoas cobra em média duzentos reais pelo trabalho e, segundo dados colhidos entre os pescadores, somente é executado mediante a autorização do órgão fiscalizador (no caso o IBAMA) que libera a retirada da árvore.

Já as canoas a motor, de fabricação semi-industrial, medem de sete a treze metros cada e utilizam como combustível o óleo diesel. Possuem motor no meio ou de popa, como a baleeira e o bote utilizados tanto para a pesca como para o transporte de passageiros ou de materiais como os de construção e eletrodomésticos.

FOTO 2: Aspecto de mangue



FOTO 3 – O trabalho artesanal



A pesca artesanal é realizada próxima à praia, utiliza mão de obra familiar e é praticada diariamente em horários que variam de acordo com as estações do ano e as fases da lua. De setembro a fevereiro, ou seja, durante a primavera e o verão, os pescadores artesanais vão para o mar entre quatro horas da manhã e meio dia. No outono (março, abril e maio) os pescadores trabalham das cinco às onze horas da manhã e durante o inverno, entre cinco e dez e meia da manhã.

Os instrumentos utilizados na pesca artesanal pelos pescadores da Vila das Peças são semelhantes aos usados pelos trabalhadores da sede do município de Guaraqueçaba, os quais já descrevi. Para a captura de pescado é comum usarem o cerco de taquara, a rede fundeada, a tarrafa e a tarrafinha, o espinhel e a linha de mão. Todos estes apetrechos, ou “*tralhas*” como são chamados, se constituem em produtos de origem artesanal, exceção feita aos fios utilizados na confecção das redes, que são de *nylon*.

O cerco de taquara é uma espécie de gaiola gigante, construída em bambu ou taquara coletados na mata. Estes bambus são fincados ao fundo dos canais de mangue e amarrados uns aos outros com cipó.

Construído, geralmente, nas costas dos manguezais ou nos rios e canais de água salgada, possui uma pequena entrada lateral chamada de *portinhola* que, de acordo com a corrente da maré, abre para os peixes entrarem e no *repuxo* fecha, prendendo o peixe.

O cerco representa um modo muito prático de pesca e bastante útil, por possibilitar aos pescadores deixarem os peixes em seu *habitat* durante o tempo desejado, até a decisão de comercializá-lo. Para os órgãos fiscalizadores, no entanto, a pesca feita através do cerco de taquara representa um modo predatório de pescar, uma vez que utiliza recursos naturais para sua construção, como o bambu, a taquara e os cipós.

Dessa maneira, vem sendo proibida sua utilização desde a implantação da legislação ambiental no local, o que não impede, no entanto, que continue sendo usado não só na Vila das Peças como em todas as demais Vilas da região, sendo inclusive utilizada pelos índios Guarani, moradores na Ilha do Superagüi.

A tarrafinha serve especificamente para a pesca do camarão. Trata-se de uma vara de três a quatro metros de comprimento, escolhida de acordo com a prática do pescador, presa a uma malha de *nylon* em forma de “V” das extremidades ao centro, onde possui uma espécie de bolsa, comumente chamado de *puçá* ou *carapuça*, dotadas de pesos (ou poitas) que lhe garantem estabilidade.

Enquanto o pescador controla a direção da canoa com o remo contra a corrente da maré com uma das mãos, com a outra segura a corda da rede para que o camarão, que vem vindo com a corrente da maré bata na malha e caia no puçá onde fica preso. A tarrafinha é utilizada, geralmente, quando o pescador vai sozinho para o mar.

A tarrafa é uma rede redonda que é lançada pelo pescador sobre o cardume de peixes na corrente da maré e puxada em seguida, trazendo muitos peixes com as barbatanas e guelras presos nela, como o robalo, o bagre, além de siris e camarões.

Consiste em uma malha de *nylon* circular que é lançada, lançada de modo que forme um grande círculo na água, que ganha profundidade à medida em que o pescador solta a corda ligada ao centro da rede, que mede, do centro à extremidade, cerca de dois metros, dois metros e meio.

Essa prática, no mar, necessita de pelo menos dois pescadores em cada canoa, pois enquanto um lança e puxa a tarrafa, o outro controla a canoa e os remos. Esta é a rede mais comum de ser vista na região, uma vez que é com essa rede que os meninos aprendem a pescar, atirando-as da beira da praia. No entanto a tarrafinha utilizada pelos meninos, para aprendizagem mede no máximo, do centro à extremidade de oitenta centímetros a um metro.

Já a rede fundeada, ou *de espera* necessita de mão de obra maior para sua instalação. Com um comprimento que varia de 20 a 100 metros, a rede fundeada é utilizada habitualmente estendida em locais estratégicos, preferencialmente protegida das hélices das embarcações, em horários variados, de acordo com as condições naturais favoráveis como as fases da lua, as marés e as correntes marítimas.

Possui duas bóias superiores e dois pesos, ou *poitas* inferiores que permitem que ela fique fixa à aproximadamente cinco metros abaixo da superfície do mar, além da malha ter em sua parte inferior, inseridos no interior da corda, pequenos filetes de chumbo, permitindo sua “fundeação” e na parte superior, também inseridos dentro das cordas, pequenos pedaços de cortiça, impulsionando a malha para cima.

A pesca com linha é praticada, normalmente, no período de fevereiro a março, quando o bagre branco, ou “*guiri*” é mais abundante. Trata-se da pesca praticada com um carretel de fio de *nylon* apenas com anzol e “chumbada”, que o pescador segura pela mão, sem vara de pesca. A isca utilizada nessa modalidade de pesca artesanal é, geralmente, o camarão.

O espinhel é construído por um cordão de *nylon* com medidas variadas entre cinco e dez metros, conectados em toda sua extensão por vários anzóis (geralmente de bitola grande) distribuídos a uma distância de trinta a cinquenta centímetro entre si.

O cordão (espinhel) é preso em suas extremidades por “pesos” ou “chumbadas”, o que permite o alcance da profundidade necessária e a imobilidade do artefato no local, que é visualizado na superfície através de duas bóias, ligadas aos dois extremos do cordão. Normalmente, o espinhel é recolhido no dia seguinte ou a apenas algumas horas após o seu lançamento, variando de acordo com a época, ou seja, abundância de produto durante o ano.

A pesca em mar aberto, no entanto, exige do pescador embarcações de maior estabilidade e conforto. Destaca-se aqui a embarcação denominada traineira. O produto mais comumente capturado em mar aberto é o camarão sete barbas (*Xihopenaeus Kroyeri*), a corvina e a pescada. Parafraseando CUNHA & ROUGEULLE (op. cit) embarcações e apetrechos de pesca são elementos constitutivos não só do universo de trabalho como da vida destes pescadores.

4.3 Mulher-terra

Às mulheres pertence a terra e a mata, que “*é parada como nós*”. Na Vila das Peças, as mulheres exercem o trabalho doméstico – mesmo quando trabalham fora – lavando, costurando, transportando água quando necessário e cuidando das crianças pequenas. Também são as mulheres que, em menor escala, cultivam pequenas hortas próximas à porta da cozinha onde plantam temperos e algumas ervas medicinais.

Além de exercerem profissões como de atendente de enfermagem no Posto de Saúde, cozinheiras nos restaurantes e pousadas, professoras na única escola municipal existente na Vila, ou confeitadeiras e padeiras na Cooperativa dos Moradores, mulheres também trabalham com produtos marítimos.

É trabalho feminino a descasca de camarão, a salga e defumação de peixes, o cozimento do marisco. Exercendo duas ou mais atividades durante a semana, geralmente, executam a descasca de camarão de forma coletiva. Este trabalho é executado por mulheres de todas as idades, contratadas de maneira informal, com predominância dos laços de parentesco.

Aguardando ao redor das mesas improvisadas no quintal do proprietário do barco (duas ou três tábuas estendidas sobre varas fincadas no chão) ou ajoelhadas sobre a lona na beira da praia, ao lado dos tachos que cada um trás de sua própria casa para “medir” a quantidade de camarão descascado, as mulheres esperam (impacientes) pela chegada do produto cantando, rindo e conversando sobre os “desafios” de quem descasca mais ou melhor o camarão que será trazido.

Geralmente, nessas horas de espera, contam histórias sobre famílias de mulheres campeãs deste trabalho, que pode se estender por um dia e uma noite sem interrupção.

São as mulheres, também, que tratam o siri. Tiram a casca, cozinham e desfiam a carne, que é comercializada nos restaurantes locais. Mas este, ao contrário, é um trabalho familiar, onde o pai e os filhos homens trazem o siri e a mãe e as filhas mulheres tratam.

É também o pai ou o filho homem quem, geralmente, comercializa o produto que é encomendado, por vezes com a casca, por vezes sem ela, para a preparação de bolinhos.

A salga e a defumação do peixe também são trabalhos femininos. É ainda comum encontrar nas casas que possuem fogões a lenha, um pequeno varal com peixes miúdos salgados e pendurados sobre o fogão por duas ou três semanas, ou até chegar a ponto de consumo. Dificilmente, no entanto, existe peixe defumado para venda. Só se *“vier encomenda”*.

A renda destes trabalhos femininos é, geralmente, revertida para a própria família. De uma maneira geral, tem-se embutido nos discursos que o trabalho da mulher é, realmente, em casa. A renda obtida por trabalhos executados fora de casa, quer sejam permanentes, quer sejam sazonais, é vista como *“ganho para ajudar em casa”*.

As casas são pequenas, de madeira em sua maioria e cobertas com telhas de cerâmica. Pintadas de cores fortes, como é *“do gosto”*, a cor da casa por vezes combina com a cor da canoa do marido. Mas quem escolhe as cores da casa, notadamente uma composição tripla, é a mulher. Assim, paredes recebem uma cor, portas e janelas outra e caixilhos e batentes uma terceira.

Dotadas de um pequeno quintal com árvores frutíferas e sombreiras, varridos diariamente, estes quintais mesmo misturados aos demais, de algum modo *“marcam”* a identidade da *“dona da casa”*. Quer sejam pequenos vasos de flores ou pequenas hortas cercadas ou não, algo caracteriza o cuidado que a *“dona da casa”* tem com o quintal.

É nestes quintais que grupos de mulheres (parentes ou não) se *reúnem* para limpar peixe ou fazer crochê, e para conversar sobre fatos do cotidiano como a educação dos filhos, reforma da casa e outros assuntos mais corriqueiros.

Ainda que, notadamente, a terra pertença à mulher, ela não tem o domínio do “território” em sua totalidade por duas ordens diferentes. Conforme já exposto, a primeira é social e geográfica, pois ao mencionar a moradia de alguém da Ilha, qualquer informante se refere ao nome do grupo familiar, ou seja, o sogro é quem detém o poder do território.

Assim como a criança, ao se referir a uma moradora da ilha, algum informante acaba indicando na seguinte ordem: “ *Maria de Paulo, de Seu Antonio Ferreira*”. Observa-se aí que Maria é esposa do Paulo, que é filho e mora no grupo familiar de seu pai, que é Seu Antonio Ferreira. Mesmo que Seu Antonio Ferreira seja falecido. Assim, a mulher é localizada social e geograficamente, ao mesmo tempo.

A segunda ordem é social. Assim como o sogro detém o poder do território, a sogra é a figura que ordena a divisão social dos quintais. Ocorre que, dificilmente, um morador da Vila das Peças é filho único. Desse modo, os filhos homens ao se casar em constroem suas casas próximas às casas de seus pais. Dessa maneira, sogras e noras (e cunhadas) acabam dividindo o mesmo “terreiro”.

Procurei entender esta configuração mais profundamente, pois apesar de viverem juntas, os quintais possuem limitações (ou fronteiras) difíceis de se observar.

Cada mulher, em virtude de sua preferência, possui sua própria horta, seu tanque de lavar roupa, seu varal de roupas, seus vasos de flores. Apenas seu lugar de fogo e a mesa de limpar o peixe é de uso comum entre as mulheres da unidade familiar.

As hortas são trabalhadas em horários definidos pela própria mulher. Algumas preferem plantar apenas temperos como a alfavaca para o peixe cozido e a salsinha para saladas e outros alimentos. Outras preferem, além dos temperos, plantar ervas medicinais como “*a erva-doce, que acalma os nervos e a tansagem que é boa para qualquer inflamação, por dentro e por fora*”, além da hortelã, que traz como propriedades o chá bom para “*dor de barriga de criança com lombriga*” e utilizado também para temperar o peixe. Outras ervas-medicinais são largamente encontradas, como o capim-limão, a camomila, o quebra-pedras, todas usadas como chá, plantadas à partir de mudas colhidas na mata.

Assim como o trabalho da horta, lavar as roupas da família é trabalho realizado em qualquer hora do dia, e às vezes, à noite ou de madrugada, por causa do calor ou pelo fato da mulher exercer outra profissão durante o dia. Daí, para elas, a importância de cada uma ter “*sua própria cordinha*”, ou varal. Próximos ao tanque de lavar roupas é que encontramos os vasos de flores e folhagens.

Normalmente estas flores e folhagens provêm, como as plantas medicinais, de mudas colhidas na mata, onde encontram-se abundantemente avencas, samambaias e orquídeas, além de diversas outras flores miúdas, colocados, geralmente, em prateleiras improvisadas ao lado da porta da cozinha.

O lugar do fogo está um pouco mais afastado da casa. Usado para queimar tanto os restos de peixe, como o lixo orgânico e o reciclável (uma vez que não há coleta especializada) e as folhas secas que caem das árvores frutíferas do quintal, trata-se de um pequeno buraco feito no chão, mais próximo da mata do que das casas que são utilizados todas as vezes que as mulheres varrem o quintal, tanto para diminuir o lixo acumulado quanto para “*espantar os mosquitos com a fumaça*”. Por isso, pelas dezenove horas, na Ilha, observa-se muitas pequenas fogueiras nos quintais, sobretudo no verão.

Assim, durante um ou dois dias, as mulheres vão varrendo os quintais e jogando lixos e restos de alimentos no local, onde se acende o fogo quando já está muito cheio ou quando uma das mulheres da família tem tempo para ficar cuidando, ao lado, para que o fogo não se espalhe pela mata.

Mas observa-se também que os quintais possuem locais para colocação de redes de pesca dos maridos e filhos, móveis antigos em desuso, canoas a remo utilizadas sazonalmente, bacias e banheiras para banho das crianças. Questionando como cada dona de casa utilizava o espaço comum, de maneira particular, soube que a sogra, dona “*real do quintal terreiro*” delimita e intercede, no caso de uma nora invadir o espaço da outra.

Assim como pertence ao sogro a posse social e geográfica do território, pertence à sogra o domínio e a divisão deste território, a qual é solicitada no caso de desrespeito de uma das noras, ou conforme se diz na Vila, “*quando alguém se espicha demais*”.

É, portanto, a sogra quem intercede no caso de alguma desavença entre as noras devido ao mau uso do quintal, ou a falta de arrumação do local. Ainda que exerça outras funções, é constantemente “cobrado” da mulher que os serviços da casa e o cuidado com os filhos (banho, alimentação e acompanhamento escolar e de aprendizado na pesca) seja bem feito.

Desse modo o fogo é a única tarefa executada por qualquer das mulheres da família, bem como a limpeza do peixe o único trabalho que agrega as mulheres da família, dentro dos quintais entrelaçados.

Como o peixe é trazido pelos maridos perto das onze da manhã, ou após as cinco da tarde e devem ser limpos e temperados assim que chegam, tão logo os pescadores voltam para casa, as mulheres saem delas com suas bacias e facas em direção às mesas de limpeza. Nestas horas, caminhando em qualquer lugar da Vila é fácil ouvir as conversas das mulheres, pois conforme elas contam, é ali que “*se sabe das últimas*”.

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, quando conversam enquanto limpam os peixes essas mulheres raramente falam sobre problemas de família, fofocam ou falam mal de alguém.

Geralmente os assuntos giram em torno da vida cotidiana, um fato que tenha acontecido recentemente, como um acidente ou alguma doença na família, combinam idas à mata, caminhadas na praia, viagens à Paranaguá para alguma compra ou festas de aniversário das crianças.

Como essas mulheres vivem em grupos familiares e a maioria tem dois ou mais filhos, aniversários de crianças são pequenas festas que realizam juntas, agregando as famílias de cada uma e suas comadres e compadres, bem como a família destes. Por isso, as festas de aniversário das crianças são combinadas com bastante antecedência.

Além da limpeza do peixe, que é diária, e da limpeza do camarão que é sazonal, a única atividade que as mulheres executam em grupo é a ida à mata. E é na mata, onde aparecem as “*conversas de mulher*”, onde se sentem à vontade para falar de dores e medos, esperanças e aspirações.

Na mata as conversas podem ser um pouco mais íntimas. Fala-se sobre gravidez indesejada ou controle de natalidade, reclama-se do marido “*que poderia ser menos preguiçoso*”, fala-se da saudade de suas próprias famílias, da interferência da família dos maridos delas, e das brincadeiras dos tempos de criança, além dos namoros do tempo de adolescentes. Mas a mata é também o local onde se colhe frutas silvestres e lenha além de plantas medicinais e mudas de flores e folhagens, trabalhos geralmente executados por elas na companhia dos filhos.

Dessa forma, torna-se um trabalho agradável, apesar das conversas nem sempre o serem, pois entre uma queixa e outra ensinam as crianças, sobretudo às meninas, sobre as plantas medicinais, as plantas venenosas, os frutos comestíveis e os pequenos animais que podem oferecer algum risco.

4.4 A praia

A praia é das crianças que, por timidez, são esquivas aos estranhos e muito apegadas aos pais. Os meninos quando estão na praia brincam, principalmente, de imitar os afazeres dos pais viajando, em sua imaginação, nos pequenos barcos esculpidos em madeira pelos adultos – pai ou avô, com medida entre cinco dez centímetros.

É também na praia que as crianças recebem os primeiros aprendizados da arte e ofício da pesca. Apesar de que uma grande maioria das crianças terem planos de sair da vila para estudar em Paranaguá ou Curitiba, é uma obrigação paterna ensinar os filhos homens a pescar, a conhecer os peixes capturados, os movimentos do vento, as mudanças do mar e as orientações pelo Sol. É uma honra aprender.

A praia é também dos adolescentes. Local de namoricos, jogos e brincadeiras, a praia é o ponto de encontro da juventude da Vila das Peças.

Usados de modo diferenciado no verão e no inverno – mas sempre usados – os sete quilômetros de praia na Vila são disputados pelos adolescentes entre jogos de vôlei e futebol, banhos de mar e *luais* no verão e espaço de caminhadas “*para manter a forma*” e passeios de bicicleta no inverno.

FOTO 4 – A praia



Fonte: CVC/PR. – Janeiro - 2005

Homens também usam a praia, mas não como lazer. Para eles, a praia é sinônimo de trabalho de terra, como eles denominam a confecção e preparo do material de pesca. Tecer a malha da rede e das tarrafas, bem como remendá-las, preparar as bóias de espinhel, a pintura e calafetação da canoa, tudo isso é feito na beira da praia.

É lá que os homens se encontram para conversar, trocam idéias, experiências e combinam as saídas para o mangue ou os jogos de futebol. A praia é usada pelas mulheres como caminho de acesso entre a casa e as pequenas “vendas”, mercearias, lojinhas e mercadinhos espalhados pela orla. É o local em que se vai em busca das crianças, que estão, muitas das vezes sendo observadas pelos avôs paternos.

Geralmente as mulheres tomam banho de mar ou pela manhã, antes das 7:00h ou ao final da tarde, depois que as crianças saem, lá pelas 17:00h, “na hora da água- viva”. A maioria delas toma banho de mar de bermuda e camiseta. Algumas mulheres, as consideradas “mais modernas”, usam a praia à tardinha, para fazer caminhadas para manter a forma, aos moldes urbanos. Mas são poucas. Geralmente as mulheres que vieram de cidades maiores para morar na Ilha, como Paranaguá e Curitiba.

Durante todo o dia, a praia é cheia de crianças, mesmo no inverno. Pelas nove da manhã já se observa a chegada deles, geralmente os maiores carregando os menores pela mão ou no colo. Os meninos entram antes, para ver se não há nenhum perigo, como ouriços e caravelas. As meninas permanecem na areia com as crianças menores, até que os meninos atestem a segurança da água.

Lá eles permanecem até a hora do almoço, brincando, conversando e disputando melhores mergulhos, nados e corridas. Capturam siris e colhem o “berbigão” e o “manini”, mariscos que fazem parte da alimentação dos *peçanos* e se criam espalhados na areia molhada da praia, competindo entre eles para ver quem é o vencedor em quantidade, ajudados pelas irmãs e primas.

À tarde, os que estudam pela manhã são os que aparecem na praia. De todo modo, durante todo o ano, os sete quilômetros de praia da ilha estão sempre lotados de crianças. Eles brincam também com brinquedos comprados nas pequenas lojas da Vila ou em Paranaguá, como pequenos tanques de guerra, caminhonetes e motos. Além de fazer castelinhos na areia da praia e de treinar seus cachorros para buscar varetas no mar.

Notadamente, o tempo de seriedade na praia está centrado a hora de aprender com o pai o ofício da pesca, que é executado em diversos horários, conforme a ocupação ou disponibilidade do pai. Fora dessa tempo, o único uso da praia que se observa é para brincadeiras.

4.5 Natureza, Estado e turismo

Mencionamos anteriormente a categorização “nós” e “os outros” em uso na Vila, que traz embutida a noção de herança e tradicionalidade de modos de vida e trabalho. Buscamos descrever neste sub-capítulo esta diferenciação por meio da observação dos diferentes usos da natureza pelos turistas na Vila das Peças.

Os turistas que freqüentam a Ilha das Peças diferem do turista da Ilha do Superagüi¹¹, ou seja, o ecoturista apontado por NIEFER et.al., pois aqueles se constituem, em sua maioria de jovens com idades entre 15 e 35 anos que, em grupos de amigos, passam uma curta temporada (entre 4 e 6 dias) naquela ilha (ROCHA: 2004).

Os visitantes da Ilha das Peças são, em sua maioria, aposentados ou profissionais liberais com idades entre 40 e 63 anos, que procuram passar uma temporada maior na ilha – entre dez e vinte dias em média – acompanhados de suas famílias e possuem barco próprio, tais como veleiros, lanchas e *jet-esquis*.

FOTO 5 – Veleiros na Ilha das Peças



Foto: CVC/PR. Janeiro – 2005

Assim, a Ilha das Peças além de ter-se transformado num tradicional ponto de encontro de velejadores paranaenses, paulistas e cariocas, possui a pesca amadora como atividade crescente, tanto na praia como na foz do Rio das Peças. Tal atração se dá, não só pelo número de pousadas e casas disponíveis para locação, mas também pela proximidade da cidade de Paranaguá (ROCHA, 2004: 06).

¹¹ A Ilha do Superagüi foi aqui mencionada não a título de comparação, mas por também fazer parte do Parque Nacional do Siperagüi.

Diferente destes, grande parte dos ditos ecoturistas, jovens que “passam” pela Vila em direção à sede do município de Guaraqueçaba e à Reserva Natural do Salto Morato, não ficam mais que dois dias. Dormindo em barracas na mata ou na beira da praia, estes ecoturistas buscam aventuras na natureza.

Seu uso da natureza se limita a banhos de mar e pequenas incursões na mata, caminhadas pelas praias, observação dos botos à beira mar e visita à comunidade de Bertioga, em busca do Papagaio da Cara Roxa. Outros ecoturistas que visitam a ilha, provenientes da Ilha do Mel, onde estão hospedados, usam a praia da mesma maneira, para breves banhos e fotografias dos botos que freqüentam o local.

Os turistas, por sua vez, como permanecem na Vila, acabam solicitando os serviços dos pescadores e demais moradores da Vila para acompanhamento em suas saídas para o mar, guiando-os na subida do Rio das Peças ou pouso nos lanços de pesca deste mesmo rio.

O uso da natureza por parte destes turistas se dá, portanto de maneira diferenciada. É com eles que os pescadores artesanais precisam “dividir” o mar, logo de madrugada quando saem para pescar, pois os pescadores amadores com o barulho das hélices de seus barcos à motor acabam espantando os cardumes e dificultando a pesca de tarrafa.

Os turistas também fazem uso da praia, passeando de jet-esqui e praticando o esqui-aquático, o que espanta os camarões que poderiam ser capturados após a pesca artesanal do peixe.

Além disso, por usarem a praia com seus guarda-sóis e esteiras, ou jogando *voley* e futebol, os pescadores têm dificuldade em esticar suas redes antes de lançá-las ao mar, obrigando-os a se afastarem cada vez mais do Rio das Peças, onde deixam seus barcos, para arrumar suas “tralhas”, ou seja, seu equipamento de pesca.

As mulheres também “preferem” que seus maridos, sobretudo na temporada de verão, costurem suas redes nos quintais das casas, uma vez que as turistas usam a praia à tarde, *“na hora dos homens trabalharem lá”*. Tal fato acaba diminuindo o contato entre os pescadores, que ao invés de se encontrarem para conversar, trocar materiais e combinarem saídas, acabam ficando em casa e realizando seu trabalho individualmente.

Além disso, quando a Vila está muito cheia de turistas, as crianças têm menos tempo de ficar na praia, pois existe um cuidado maior com elas, sobretudo em relação aos ecoturistas, pois estes possuem a fama de ingerir cerveja e usar drogas na beira da praia, oferecendo, às vezes para as crianças. No entanto, em todo o período de campo não constatei nenhum caso destes.

Mulheres que normalmente são caladas e constrangidas, quando encontram seus maridos conversando com mulheres “de fora” têm crises de ciúme que podem ser ouvidas à distância. As mães e sogras também possuem cuidados especiais nestas épocas, mudando o caminho habitual pelo caminho na beira da praia, só para ver se encontram seus filhos ou genros *“dando bola para mulher de fora”*.

Os homens também mudam de comportamento durante a temporada de verão. Segundo Seu Orlando *“nessa época é bom ficar de olho cada um em sua mulher, já teve casos de mulher que largou marido e filho e se mandou para Curitiba com turista”*. Assim, no verão os homens preferem diminuir seu tempo de permanência no mar de fora, atendendo turistas ou pescando de modo artesanal.

Isso denota mais uma vez a preocupação com a família. De todos os “casos” contados, nenhum deles menciona nomes de famílias ou pessoas conhecidas. Parece mais uma preocupação com a possibilidade do abandono do que um fato acontecido na realidade. Normalmente “isso” acontece em outras Vilas como a de Bertioga e ainda na Ilha do Mel, ou numa praia ao sul do litoral. Mas mostra também uma inversão do comportamento, numa tentativa de preservar o grupo ou a unidade, sem interferência de algum indivíduo de fora deste.

O Estado Federal, por sua vez, representado pelo IBAMA (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o SPU (Serviço de Patrimônio da União), bem como a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba não contribui para a melhoria da infra-estrutura turística da região.

Notadamente, as pequenas melhorias na Vila das Peças, bem como os cuidados com a natureza se dão por parte dos próprios moradores que “fiscalizam” e regulam as visitas, cuidando das praias, da mata e do Rio das Peças ao seu modo, uma vez que não há na Vila nem um policial florestal para dar um suporte legal às suas ações.

Além disso, considerando a Ilha das Peças como um grande atrativo aos visitantes, e levando em consideração o perfil do turista freqüentador do local, na década de noventa iniciou-se uma intensa valorização das terras, uma tentativa de especulação imobiliária através de agentes imobiliários da capital do Paraná. Estando alguns destes moradores pouco habituados às relações de capital ou ao convívio com valores monetários, muitas posses foram vendidas no início desse processo, conforme já descrevi.

Temendo os efeitos desastrosos dos que migraram, conhecidos pelos moradores da Vila através dos relatos dos ex-moradores que, devido aos valores mínimos de venda de suas terras passaram, na cidade, por um processo de proletarização e pauperização maiores, piorando as condições materiais de existência, esses moradores criaram a Associação de Moradores, transformando-a em agente legitimador da condição de morador da Ilha das Peças.

Dessa maneira, junto com a Associação de Moradores do Superagüi, estes moradores criaram e legitimaram um estatuto de terras na Vila, a qual regulariza a propriedade da área ocupada por cada unidade familiar, inibe sua venda e também, em conjunto com os órgãos fiscalizadores, interdita construções irregulares, sobretudo das segundas moradias de turistas.

Considerações Finais

“ (...)pois só existe o Antropólogo quando há um nativo transformado em informante. E só há dados quando há um processo de empatia correndo lado a lado”, escreveu Roberto DaMatta em “Anthropological Blues”. Assim, procurei decifrar o espaço *peçano* e sua natureza social, suas regras e normas de fronteiras espaciais, ligando a classificação de espaço público – privado às variações sociais ou aos círculos de parentesco.

Busquei observar suas normas de comportamento e obrigações mútuas advindas do casamento, suas maneiras de fazer e refazer alianças e suas crenças e superstições, seus modos de classificação e uso da natureza. Durante o trabalho de campo percebi que para o Antropólogo tais contornos e questões sociais só podem ser compreendidos se forem vividos, sentidos em um cotidiano de trabalho, conversas e festas.

Em campo me distanciei de meus próprios valores e de meu próprio sistema cultural. Procurei, me misturar aos moradores da Vila, buscando antes desaparecer do que me fazer notada, familiarizando-me, assim, ao cotidiano *peçano*, aos seus valores sociais, naturais e espirituais.

Sabe-se que a antropologia, ao libertar-se da razão colonialista onde o homem branco ocidental figurava como paradigma hegemônico do civilizado, trouxe à luz a riqueza da multiplicidade de noções e formas de organização social com base nas experiências e lógicas de outras sociedades. Pôde-se, assim, reconhecer as diferentes linguagens, sentidos, formulações e reformulações dos mais diversos povos que coexistem em diferentes lugares do planeta, por meio das revelações etnográficas da alteridade.

Com isso pareceu possível a análise etnográfica da Vila das Peças enfocando a dinâmica cultural por meio da análise de suas formas de permanência e busca de equilíbrio. A convivência com os *peçanos* revelou o indivíduo englobado pelas famílias e as famílias englobadas pela comunidade, e trouxe à luz as noções de grupo, de companheirismo, de solidariedade. Estas noções, *peçanas* por excelência, demonstram que os conhecimentos sobre a natureza estão além da economia ou das necessidades de sobrevivência. A natureza aqui não é concebida como meio ambiente. Muito mais do que isso, a natureza é concebida como parte da *família peçana*, articulada a redes de relações sociais e dotada de significados culturalmente construídos.

O presente trabalho, no entanto, apresenta um ponto de partida para estudos mais amplos. Sendo a investigação social dinâmica e inconclusa, por tratar das subjetividades humanas, o estudo não teve a pretensão de ser definitivo. Receio, portanto, formular hipóteses e apresentar conclusões. Compreender o modo *peçano* de ver e viver nas vilas do litoral norte paranaense é um desafio. Há muito a ser estudado. Afinal, há muitas maneiras de ser caiçara.

Referências Bibliográficas

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume, 2000.

ALMEIDA, A. P. de. **Usos e costumes praianos**. Revista do Arquivo Municipal, nº 104, São Paulo, p. 67-80, 1945.

_____. **Da decadência do litoral paulista**. Revista do Arquivo Municipal, v. 12, nº 107, São Paulo, p. 35-57, 1946.

ÂNGULO, R. J. & SOUZA, M^a. C. **Zoneamento Econômico-ecológico da APA de Guaraqueçaba – Geologia dos Sedimentos Cenozóicos**. SEMA/IBAMA, Curitiba, 1996

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro, Contra Capa Editora, 2000.

BERNARDES, S & BERNARDES, C. A. **A pesca no litoral do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, nº 2, 1950.

BOAS, F. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

CALVENTE, M^a.C.M.H. Ilhabela: Turismo e Território. In: DIEGUES, A.C. **Povos e Mares**. São Paulo, NUPAUB-USP, 1995.

CORREA, M. F. M. **A pesca artesanal da tainha no litoral do Estado do Paraná**. Curitiba, Secretaria de Estado da cultura: Imprensa Oficial, 1993.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999.

CUNHA, L. H. O. & ROUGELLE, M. D. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivências e conflitos. O caso de Guaraqueçaba (Paraná).** São Paulo: PPCAUB – USP, 1989.

CUNHA, M. C. da. **Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível.** São Paulo: Revista de Cultura e Política, CEDEC, vol. 1, nº 1, 1979.

DAMATTA, R. **A casa e a rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997, 5ª ed.

_____. O ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. de O. (org) **A Aventura Sociológica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.

DESCOLA, P. **La Selva Culta: simbolismo y práxis em la ecologia de los Achuar.** Ediciones Ouabya-Yala, 1989.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência.** São Paulo: NUPAUB/Cemar – USP., 1988a.

_____. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras.** São Paulo, NUPAUB-USP, 1988b.

_____. **Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-antropologia do mar.** Encontro de Ciências Sociais e o mar, 3, São Paulo: PPCAUB/IOUSP/F. FORD/UICN, 1989.

_____. **Populações tradicionais em Unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB – USP, nº 1, 66 p., 1993.

_____. **Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário.** São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata Atlântica. In: SIMÕES, L.L. & LINO, C.F. (org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

DURHAN, E. R. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FARIA, M. de O. O mundo globalizado e a questão ambiental. In: NEIMAN, Z. (org) **Meio Ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri, São Paulo: Manole, 2002.

FURLAN, S.A. As ilhas do litoral paulista: turismo e áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C. **Povos e Mares**. São Paulo, NUPAUB-USP, 1995. p. 38-66.

FRANÇA. A. **A Ilha de São Sebastião: Estudo de Geografia Humana**. São Paulo: FFCL-USP, Boletim 172, Geografia, nº 10, 195 p., 1954.

FORTES, M. "Introduction". To: GOODY, J. (Ed.) **The Developmental Cycle in Domestic Groups**. Cambridge Univ. Press, London, 1958.

GEERTZ, C. **O saber local. Novos ensaios em antropologia Interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GERHARDT, T.E. **Saúde e Meio Ambiente. Diagnóstico de saúde comunitária em uma Área de Proteção Ambiental. O caso de Guaraqueçaba, litoral do Estado do Paraná, Brasil**. Série Teses/Dissertações. Depto. Saúde comunitária, 145 p. e anexos, 1998.

GODELIER, M. **L' deél et le matériel**. Paris: Fayard, 1984.

IPARDES. **APA de Guaraqueçaba: caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais**. Convênio IPARDES/SEMA/MDUMA, Curitiba.

LANNA, M. P.D. **A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **Sobre Marshall Sahlins e as “cosmologias do capitalismo”**. Revista Mana, v. 7, Rio de Janeiro. abr-2001.

LANGOWISKI, V. B. R. **Contribuição para estudo dos usos e costumes do praieiro do litoral de Paranaguá**. Cadernos de Artes e Tradições Populares do Museu de Arqueologia, Universidade Federal do Paraná, [19--].

LEACH, E. **A diversidade da antropologia**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LÉVI-STRAUSS, C. **A crise moderna da Antropologia**. Revista de Antropologia, vol. 10, n. 1-2, 1962.

_____. Estruturalismo e Ecologia. In: **O Olhar Distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986.

_____. **O pensamento Selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

_____. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1993.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MALDONADO, W. Comunidades Caiçaras e o Parque Estadual de Ilhabela. In: DIEGUES, A.C. **Povos e Mares**. São Paulo, NUPAUB-USP, 1995. p. 123-136.

MARCÍLIO, M^a L. **Caiçara: terra e população. Estudo da demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo: Paulinas – CEHDAL, 1986.

- MAUSS, M. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999, 2. ed.
- MOREIRA, J. E. **Caminhos e Comarcas de Curitiba e Paranaguá; até a emancipação da província do Paraná**. Curitiba, Imprensa Oficial, 1975, 2º volume.
- MOURÃO, F. A. A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial**. São Paulo. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: USP, 1971.
- MUSSOLINI, G. **Persistência e Mudança em comunidades de “folk”**. In: Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, 1995, Anais...
- PEIRANO, M. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- PIERSON, D. O. & TEIXEIRA, C. B. **“Survey” de Icapara**. Rev. Sociologia, São Paulo, nº 9, 1947.
- ROCHA, E. **Sustentabilidade social e controle ambiental: turismo e associativismo nos limites do Parque Nacional do Superagüi**. In: XXVIII Encontro Anual da ANPOCS. Anais, Caxambu, MG, 2004.
- RENK, A. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2004.
- SAHLINS, M. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, 3ª ed.
- SALEM, T. **O Velho e o Novo: um estudo de papéis e conflitos familiares**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SAMPAIO, T. **O Tupi na geografia nacional**. Brasiliense, 359 p., 1987.

SANTOS, A.V.dos. **Memória Histórica, Chronológica, Topographica e Descritiva da Villa de Morretes e do Porto Reas, vulgarmente Porto de Cima.** Curitiba, Seção de História do Museu Parananese, 1851.

SCHNEIDER, D. **American Kinship: A cultural Account.** Nova Jersey, Prentice Hall, [19--].

SILVA, J. C. C. B. da. **...e Batuva resiste: memórias da “comunidade” dos Dias, Pontes, Barreto, Pires....** Curitiba, 2001. 117 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

SOARES, O. **O andarilho das Américas (Cabeza de Vaca).** Ponta Grossa, UEPG, 2001, 2ªed.

STADEN, H. **Duas viagens ao Brasil.** Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Ed., 1964.

_____. **Meu cativeiro entre os selvagens do Brasil.** Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SUZUKY, J.C. & ROCHA, E. **A pesca artesanal sob o capital: analise das recentes transformações sócio econômicas e culturais no município de Guaraqueçaba.** In. 2º Encontro de Estudos Agrários. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, v. disquete 3½, 2001.

TURNER, V. **O processo ritual.** Petrópolis: Vozes, 1974.

VON BEHR, M. F. **Homem e Ambiente em Guarakessaba, Paraná. Passado, presente e futuro.** Dissertação de Especialização em Ecologia Humana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 1992.

WEY DE BRITO, M^a. C. **Unidades de Conservação: intenções e resultados.** São Paulo: Annablume, 2000.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, K. **A família das Mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília, CNPq, 1987.

ZANONI, M.M. et. al. **Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: Ed. UFPR, n. 2, 2000.